

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 31 | Nº 06 | JUNHO 2011 | R\$ 15,00



CÓDIGO FLORESTAL AINDA HÁ CONTROVÉRSIAS

CRÉDITO RURAL REFORMA PROFUNDA À VISTA

OFERTA E DEMANDA ETANOL E GASOLINA NÃO SÃO SUBSTITUTOS PERFEITOS PARA O CONSUMIDOR

MÔNICA BERGAMASCHI A PRIMEIRA MULHER A ASSUMIR A SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SÃO PAULO

O agronegócio é o seguinte

Tumulto no novo Código Florestal

FINALMENTE, e com muito tumulto, foi votado na Câmara o novo Código Florestal. Provavelmente, ele será alterado no Senado e talvez tenha algum item vetado pela presidente Dilma Rousseff. O governo perdeu o controle de seus aliados durante a votação. **Agroanalysis** traz matéria apontando os pontos que são contraditórios e os que não devem mais ser alterados. Ao longo deste próximo mês, o Código deverá caminhar para sua versão final. Como podemos ver na matéria, o debate ideológico tem grande força na discussão.

Depois de quase cinco décadas, mudanças mais profundas comecem a ser introduzidas no sistema nacional de crédito rural.

Boa parte das alterações faz parte do pacote de medidas a serem anunciadas quando da divulgação do Plano Agrícola e Pecuário 2011/12. O desenvolvimento dos trabalhos obedece a três grandes pilares:

- Primeiro: o econômico, com o estabelecimento de novos tetos e formas de financiamento;
- Segundo: o chamado *back off*, relacionado à burocracia bancária e aos custos das transações;
- Terceiro: o estabelecimento de novos marcos legais, como o do uso do Certificado de Crédito Bancário, de menor custo de registro em relação ao Certificado de Crédito Rural.

Aprimorar a amplitude do impacto da política agrícola ainda é um grande desafio no Brasil. Existe um laço antigo de estar atrelado somente ao crédito, sem grande ligação com o estímulo da produção, o controle da inflação e a questão ambiental na diversificação das explorações. As medidas, que ora se especulam, certamente serão acompanhadas de outras bem importantes, como na área de seguros, do cadastro único, da regulamentação e registros de títulos, dentre outras. **Agroanalysis** acompanhará tudo isso bem de perto.

Por outro lado, em anos recentes, a cobrança sobre a atividade da agricultura brasileira fica cada vez maior em termos de ser executada de forma responsável, com a assimilação das boas práticas

amigas do meio ambiente. A ordem é evitar uma baixa na produção e a transformação de muitas áreas agricultáveis em desertos pela ação da erosão e das voçorocas. Nesta direção, o governo preconiza o programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) como a melhor alternativa para a implementação de técnicas mais sustentáveis, tendo em vista a modernização e a melhoria das condições de produtividade e sanidade das culturas agrícolas.

Um dos mais notáveis exemplos de sustentabilidade que ocorrem no agronegócio brasileiro é desenvolvido pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias. No Brasil, 94% das embalagens comercializadas recebem a destinação ambiental

mente correta. Esse índice coloca o país na posição de referência mundial sobre o assunto, ao destinar percentualmente mais embalagens que os países que possuem sistemas semelhantes. O segundo índice entre os demais países é o da Alemanha, com 76%, seguido por Canadá, com 73%, França, com 66%, Japão, com 50%, Polônia, com 45%, Espanha, com 40%, e Austrália e Estados Unidos com mais de 30%.

O caderno especial sobre Sustentabilidade, desenvolvido em parceria com os especialistas da PricewaterhouseCoopers, apresenta artigos interessantes, dos quais se destaca o Global Reporting Initiative (GRI). Trata-se de um instrumento que serve como ponto de diálogo com as principais referên-

cias internacionais sobre sustentabilidade, como a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, o Pacto-Global, da Organização das Nações Unidas, e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Agradecemos, também, a valiosa participação do ex-secretário da Agricultura de São Paulo João Sampaio. Sua coluna, até agora fixa, passa a ser rotativa, a pedido dele.

Damos as boas-vindas à nova secretária, Mônica Bergamaschi, primeira mulher a assumir este cargo. Dela será agora a coluna mensal que finaliza a revista. ■

Política Macroeconômica

Agroanalysis continua a acompanhar com atenção e de perto a macroeconomia nacional. Fica mais uma vez ratificado que o combate à inflação não terá trégua, mas sem sacrificar gravemente o crescimento. Assim sendo, o centro da meta da inflação somente será atingido em 2.012. A Selic ainda deve subir, mas menos do que subiria nos anos anteriores.

E o dólar não deve mudar de patamar. Alguns grupos dentro do governo chegaram a pensar em deixar o real ainda mais valorizado para segurar a inflação. Esta medida foi rejeitada pela presidente Dilma, e o Bacen segue com a moeda norte-americana acima de R\$ 1,60. Com todo este panorama, os preços deverão continuar firmes para os produtores rurais.

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Paulo Roque

Arte: Daniel Gustavo Rocha Silva

Revisão: Raphael Messias

Fotos: iStockphoto e Stock.xchng

Secretaria e administração: Debora Durazzo

Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin

Publicidade/Contato Comercial: Atendeagro - Tels.: (11) 2369-7233

e (11) 9415-2319, e-mail: atendimentoagro@globo.com

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-3220,

Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar,

Tel.: (11) 3799-3220, Fax: (11) 3262-3569

www.fgv.br/agroanalysis



**FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS**

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,

Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel

Pio Corrêa Jr., Marcilio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque

Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado,

Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de

Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação

Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza

Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira,

Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.),

Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauricio Matos Peixoto,

Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira

(Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações

S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.),

Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência

Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito

Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Aldo Floris (Brookfield Brasil Ltda.), José Carlos Schmidt

Murta Ribeiro, José Luiz Lino (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento

Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco

de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho

(Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul

América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel

Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

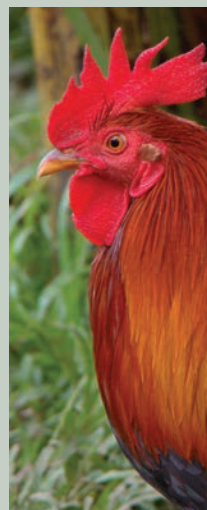
AGROANALYSIS
 A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse O SITE
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

- 6 Patrícia Vicentini
- 9 Macroeconomia
- 10 Agrodrops
- 12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

- 13 Preço do etanol
- 15 Desenvolvimento agrícola
- 16 Agricultura argentina

Agroenergia

- 17 Energia
- 18 Biocombustíveis

Política Agrícola

- 20 Código Florestal
- 23 Crédito rural

Crédito

- 25 Financiamentos do BNDES

Especial PwC

- 27 Sustentabilidade: o desafio de equilibrar aspectos sociais, ambientais e econômicos

Especial inpEV

- 38 A logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos

Especial ANDEF

- 42 Mercado de defensivos

Especial OCB

- 43 Compensação financeira
- 45 Diário de bordo
- 46 Produzir
- 47 Serviço ao agronegócio

Política Agrícola



20 Código Florestal

Especial PwC



27 Sustentabilidade: o desafio de equilibrar aspectos sociais, ambientais e econômicos

Especial inpEV



38 A logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos

Patrícia Vicentini

Diretora do Projeto de Cooperação Técnica Brasil - União Europeia
Apoio à Inserção Internacional de Pequenas
e Médias Empresas Brasileiras - PAIIPME

Como exportar, eis a lição

Por Paulo Roque

CONSIDERADO O maior programa de cooperação técnica internacional do Brasil e uma das iniciativas mais importantes que a União Europeia possui com países latino-americanos, o PAIIPME, em seus quatro anos de existência, já beneficiou 2.500 empresas brasileiras, ajudando-as a exportar seus produtos para o exigente mercado europeu. Sua diretora, Patrícia Vicentini, fala do sucesso do projeto e diz que não há falhas por parte das pequenas e médias indústrias nacionais, e, sim, “falta de informação sobre como inserir o produto nos mercados interessados, por um lado, e de atendimentos dos produtos oferecidos aos requisitos mínimos dos mercados de destino, por outro. Algumas empresas brasileiras desconhecem as características do mercado e suas exigências”.

AGROANALYSIS O que é o PAIIPME e quais são os seus objetivos?

PATRÍCIA VICENTINI O Projeto Apoio à Inserção Internacional de Pequenas e Médias Empresas Brasileiras (PAIIPME) é fruto de um Ajuste Complementar de Cooperação assinado entre o Brasil e a União Europeia em 2005. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), responsável no âmbito do governo federal pela relação de cooperação com a União Europeia nessa área, delegou à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) a gestão e execução das atividades do Projeto. O PAIIPME é atualmente o maior programa de cooperação técnica internacional do Brasil e uma das iniciativas mais importantes que a União Europeia possui com países latino-americanos. Seu objetivo principal é contribuir para a inserção competitiva do Brasil na economia mun-

“O objetivo principal é contribuir para a inserção competitiva do Brasil na economia mundial, além de reforçar os laços econômicos e comerciais com a União Europeia”

dial, além de reforçar os laços econômicos e comerciais com a União Europeia. Para isso, conta com um orçamento global de 44 milhões de euros e com a parceria de 29 instituições brasileiras, públicas e privadas, por meio das quais o programa atende à cerca de 2,5 mil empresas em 21 diferentes setores da indústria. As atividades propostas no Projeto constituem um quadro lógico de intervenções com as Pequenas e Médias Empresas (PME), levando em conta a realidade brasileira para inserção internacional desse segmento.

AGROANALYSIS O que levou à criação de um programa exclusivo para atender a pequenas e médias indústrias de alimentos?



PATRÍCIA VICENTINI É importante ressaltar que a estrutura de gestão e intervenção do PAIIPME foi construída para que tivesse um caráter altamente transversal em termos de atendimento. Tanto que alcança 21 setores e segmentos da indústria. Ao mesmo tempo em que temos iniciativas voltadas para petróleo e gás, tecnologia da informação, componentes de calçados, também promovemos ações na área da agroindústria e dos orgânicos. Trata-se de um projeto bastante diversificado.

Falando especificamente do setor de alimentos, os pequenos e médios empresários brasileiros têm produtos de interesse do mercado europeu, mas precisam contar com sistemas de apoio de instituições públicas e privadas que possam contri-

buir para a qualificação de sua mão de obra, o planejamento de seu *marketing* internacional, a constituição de redes de contatos, a adequação de seus produtos às exigências dos mercados de destino.

O PAIIPME oferece esse serviço em uma rede de parcerias articuladas com três federações da indústria estaduais (Fiemg, Fiergs e Fiepe), com o Ibraf, com o Sebrae-ES, com o Mapa e com o Inmetro. Com intervenções estruturantes e muito bem articuladas com esses parceiros, o Projeto garante às PMEs do setor justamente este conhecimento e capacitação necessários para que consigam colocar seus produtos no mercado internacional, em especial nos mercados da União Europeia.

Entre as ferramentas que utilizamos para garantir este resultado estão os estudos e diagnósticos, a assistência técnica nacional e internacional, a transferência de tecnologia e conhecimento, a aquisição de equipamentos de alta intensidade tecnológica, as missões de formação e intercâmbio etc.

Mais que tudo, a proposta, em última instância, é promover uma mudança na forma de atuar e de investir das PMEs do setor. Ou seja, oferecer a elas os instrumentos necessários para que haja uma mudança cultural em relação ao mercado externo, em relação à necessidade de inovação e aquisição de novas tecnologias para melhorar a competitividade.

AGROANALYSIS Quantas empresas já foram beneficiadas no PAIIPME? Quais os parceiros que apoiam e participam do projeto?

PATRÍCIA VICENTINI Em mais de quatro anos e meio de execução, os resultados das diversas atividades realizadas no âmbito do PAIIPME são expressivos, com um impacto muito significativo. Foram 2.500 empresas beneficiadas. Em todo o tempo de execução do projeto, já tivemos 12 mil horas de consultorias e 5 mil horas de capacitação para PMEs. Participamos de 90 feiras e missões nacionais e internacionais. Fizemos 463 diagnósticos; 123 pesquisas de mercado; 123 projetos estruturantes para exportação e inter-

nacionalização e 50 *workshops*. Foram estabelecidas 70 parcerias nacionais e internacionais entre empresas brasileiras e europeias, sendo cinco *joint ventures*.

Como mencionei anteriormente, o PAIIPME não existiria se não fosse a rede de parcerias mobilizada. Apostamos na construção de uma rede que envolve atores públicos e privados relevantes em matéria de desenvolvimento e internacionalização de PMEs brasileiras, divididos em três grandes grupos: os de alcance nacional (o Sebrae, a CNI, o IEL, o Mapa, o Inmetro e o MDIC); os setoriais: Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec); Associação Brasileira de Indústrias do Mobiliário (Abimovel); Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos (Assintecal); Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit); Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos para os Setores de Couro, Calçados e Afins (Abrameq); Centro das Indústrias de Curtume do Brasil (CICB); Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf) e um terceiro grupo mobilizado para atendimento de PMEs em um nível local (Assintecal, SIN-CASJB, Fiesc, Fiergs, Fiemg, Fiepe, Fiep, Fiems, Cits, Certi, Instituto Endeavor, Sebrae-RJ, Sebrae-ES, Unisinos, Instituto Pangea e Softex).

AGROANALYSIS De onde vêm os recursos para o projeto e quanto está sendo investido?

PATRÍCIA VICENTINI Para tornar possível a execução do PAIIPME e evidenciar a relação de cooperação, União Europeia e Brasil compuseram o orçamento do Projeto considerando uma participação equitativa, no total de 44 milhões de euros: 22 milhões de euros da parte europeia e 22 milhões de euros da parte brasileira. Os recursos da parte brasileira são oriundos não só do governo federal mas também da iniciativa privada, isto é, dos diversos parceiros que participam do projeto. Isso revela a sintonia da rede de parceiros, o comprometimento desses parceiros, o interesse das PMEs brasileiras em melhorar a quali-

dade de seus produtos e a atratividade do mercado europeu para estas empresas.

AGROANALYSIS Quais os principais países europeus importadores e, no início, quais Estados brasileiros serão beneficiados?

PATRÍCIA VICENTINI Dependendo do setor, há mais demanda em um ou outro Estado da Federação. Para se ter um exemplo, no caso de petróleo e gás, há forte concentração no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul; para TICs, os carros-fortes são os Estados de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina. Na mesma linha setorial, os países europeus de destino, também, são os mais variados, desde Portugal e Espanha até países do Leste Europeu.

No caso do setor de alimentos, os Estados brasileiros beneficiados pelo PAIIPME são Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, na região Sul; Espírito Santo e Minas Gerais, na região Sudeste; Pernambuco, na região Nordeste. Os principais mercados de destino têm sido, até o momento, Portugal, Espanha e Itália.

Ainda no setor de alimentos, temos uma frente nacional de atuação com o Ibraf, promovendo capacitações e formação de multiplicadores em vários Estados, e com o Mapa, por meio do Laboratório Nacional Agropecuário em Minas Gerais

“Foram estabelecidas 70 parcerias nacionais e internacionais entre empresas brasileiras e europeias, sendo cinco *joint ventures*”

(Lanagro/MG), onde fazemos as análises de toxicologia de produtos agrícolas para PMEs brasileiras que exportam para a União Europeia. Nossa parceria com o Lanagro tem sido bastante exitosa, pois envolveu desde a aquisição de equipamentos laboratoriais de alto conteúdo tecnológico até a capacitação de técnicos brasileiros para procederem às análises; conseguimos montar um laboratório específico para atender a essas empresas interessadas em exportar.

AGROANALYSIS Quais são as exigências do mercado europeu para comprar estes produtos brasileiros?

PATRÍCIA VICENTINI As exigências do mercado europeu são as mais variadas para o setor de alimentos. Vão desde a quantidade de resíduos de substâncias tóxicas em alimentos não processados, níveis de concentração de sal, açúcar, de sódio, até requisitos de conservação das características e propriedades do alimento processado e exigências relativas ao material utilizado para embalagens, exigências de rotulagem, entre outras.

Fizemos com o Inmetro um trabalho excelente nesse sentido intitulado Estudo da Cadeia de Alimentos: Mecanismos de Acesso ao Mercado Europeu, disponível no site do Inmetro. Nele é tratada, de maneira bastante abrangente, a legislação alimentar da União Europeia para cada tipo de alimento, até mesmo os processados, funcionais e enriquecidos. Também, tomamos casos específicos dos principais mercados de destino – Espanha, França, Portugal, Alemanha e Países Baixos. Com o estudo, fizemos várias capacitações em distintos Estados.

AGROANALYSIS Onde as empresas brasileiras falham com relação às exigências europeias? Como resolver o problema, caso ele exista?

PATRÍCIA VICENTINI Não há falha, há falta de informação sobre como inserir o produto nos mercados interessados, por um lado; e de atendimentos dos produtos oferecidos aos requisitos mínimos dos mercados de destino, por outro. Algumas

“Estamos falando de um dos maiores projetos de internacionalização de Pequenas e Médias Empresas que o Brasil já teve”



empresas brasileiras desconhecem as características do mercado e suas exigências. Iniciativas como o PAIIPME buscam mitigar esse tipo de problemática enfrentada pelas PMEs brasileiras, orientando-as, por meio de capacitações, planejamento de atividades de exportação, possibilidades de parcerias com empresas europeias, melhoria de produtos e processos.

AGROANALYSIS Cite casos de sucesso do projeto nesses quase cinco anos de execução.

PATRÍCIA VICENTINI Temos ótimas experiências que podem ser consideradas casos de sucesso do PAIIPME. Não gostaria de ser injusta ao deixar de citar todos eles.

No agronegócio, uma experiência interessante é o Escritório de Negócios Internacionais que montamos com a Fundação Certi. Uma das empresas atendidas, a Agriness, em Florianópolis. Com o atendimento do Escritório, ela desenvolve softwares para a criação de suínos e hoje já tem mais de mil clientes neste setor. Estão saindo da incubadora para uma sede própria, instalando filiais na América Latina e estabelecendo parcerias e contatos na Europa.

Outra experiência altamente gratificante é a do Lanagro/MG, em Pedro Leopoldo, que citei anteriormente.

Também, em Petrolina, no Vale do São Francisco, temos uma iniciativa na pro-

dução de orgânicos – *Aloe vera* – em que, com investimento em tecnologia e em recursos humanos, alcançamos a marca de 600 hectares certificados ou em processo de certificação em práticas orgânicas. Com isso, aumentamos a produção local e geramos 130 empregos diretos.

AGROANALYSIS O projeto se encerra em 2011. Você poderia avaliar a importância do projeto nesses quase cinco anos de execução?

PATRÍCIA VICENTINI Estamos falando de um dos maiores projetos de internacionalização de Pequenas e Médias Empresas que o Brasil já teve. Os números positivos, que citei, não são suficientes para, por si só, demonstrarem o valor desta iniciativa.

Concretamente, é gratificante perceber que dezenas de instituições foram reforçadas e se familiarizaram com as melhores práticas de internacionalização, práticas estas que estão sendo e que ainda serão utilizadas para inúmeros outros parceiros e PMEs.

O PAIIPME foi um grande passo no trabalho de valorização, investimento e ampliação da competitividade para as pequenas e médias empresas brasileiras. Estamos agora, com o término do projeto de cooperação internacional previsto para 2011, trabalhando para que cada iniciativa gerada seja sustentável após o encerramento do Projeto. ■

Macroeconomia

O debate em torno da política monetária

Rogério Mori*

O COMPORTAMENTO recente da inflação tem trazido preocupações em várias dimensões e tem sido tema de intensos debates nos últimos tempos. De fato, desde fins do ano passado, a inflação tem se mostrado pressionada. No início do ano, com os eventos climáticos ocorridos no País, os preços dos alimentos subiram consideravelmente e pressionaram a inflação nos primeiros meses do ano. Ao mesmo tempo, ocorreram vários ajustes no segmento de transportes em várias capitais que também contribuíram para o patamar mais elevado da inflação. Os reajustes sazonais no grupo educação representaram uma influência considerável também nos índices de inflação de janeiro e fevereiro de 2011.

No entanto, era de se esperar que, passados esses eventos, a inflação voltasse a ceder e a retornar a patamares mais baixos. Se considerarmos a dinâmica inflacionária de 2010, por exemplo, pode-se observar claramente que a inflação dos primeiros meses do ano foi consideravelmente pressionada, mas cedeu significativamente em meados do ano. Esse processo foi condicionado, em grande parte, pela queda dos preços dos alimentos naquele período.

Neste ano, diferentemente do que ocorreu no ano passado, a inflação não tem dado mostras de tregua. Ao contrário disso, os sinais apontam para uma trajetória que sinaliza o rompimento do limite superior da meta para inflação medida pelo IPCA de 6,5% em algum momento mais adiante.

Em face dessa dinâmica, o Banco Central tem manejado os instrumentos de política monetária no sentido de promo-



ver a convergência da inflação para o centro da meta, de 4,5%. O uso desses instrumentos começou em fins de 2010, com medidas de crédito e compulsórios, e tem se estendido ao longo dos primeiros meses deste ano, focando nas altas sucessivas da meta da taxa básica de juros – Selic.

Nesse contexto, o Bacen tem se pautado por movimentos relativamente conservadores recentemente. Isso se deve, em alguma medida, ao fato de que parte da inflação recente decorre de altas dos preços internacionais de *commodities*, o que representa um choque adverso de difícil dimensionamento e de difícil combate. Ao mesmo tempo, existem sinais concretos de desaceleração do ritmo da atividade econômica brasileira. Sob essa perspectiva, impor um aperto monetário exagerado poderia levar a uma trajetória da atividade econômica indesejável no médio prazo.

A lógica da política monetária, nesse caso, impõe necessariamente uma postura gradualista, uma vez que existem de-

fasagens consideráveis entre a adoção e implementação das medidas monetárias e seus efeitos sobre o ritmo da atividade econômica e a inflação.

De qualquer forma, tudo indica que o compromisso do governo e do Banco Central com a inflação baixa e estável está mantido. Ao mesmo tempo, é louvável que o Bacen não tenha flertado com propostas pouco consistentes, como permitir a apreciação do real frente ao dólar como uma forma de conter a alta dos preços. A adoção de uma estratégia como essa traria apenas um alívio de curto prazo e debilitaria ainda mais a posição da já amplamente deficitária conta corrente brasileira.

Assim, é de se esperar que o Banco Central promova novos apertos na política monetária nos próximos meses, e tudo indica que serão relativamente moderados. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP)

Por Paulo Roque

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

AGRISHOW 2011 BATE RECORDE DE FATURAMENTO

Os negócios realizados durante a 18ª Agrishow – Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação – atingiram a marca de R\$ 1,5 bilhão, 30% mais sobre o R\$ 1,15 bilhão registrado no ano passado.

1 MILHÃO DE M² DE TECNOLOGIA

No período de 2 a 6 de maio, 146 mil pessoas, a maioria produtores rurais, visitaram a Agrishow 2011, realizada no Polo Regional de Desenvolvimento Tecnológico do Centro-Leste/Centro de Cana IAC, em Ribeirão Preto (SP). Considerada a maior de todas as suas edições, a de 2011 teve área total de mais de 1 milhão de metros quadrados. A destinada à exposição estática foi de 180 mil metros quadrados, ocupados por 765 expositores nacionais e internacionais (45 países). Para as demonstrações de máquinas e implementos agrícolas (total de 800 dinâmicas), foram reservados 100 hectares.

COMÉRCIO DE MÁQUINAS BRASIL-ARGENTINA

O vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Milton Rego, informou que o País deixou de exportar 2.500 máquinas – 800 colhedoras e 1.700 tratores – para a Argentina, por causa da suspensão da exportação de máquinas e tratores agrícolas do Brasil para o país vizinho determinada no início do ano.

RAMBO CONTRA MAZZAROPI

Durante a abertura da Agrishow, o presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert Neto, condenou a entrada da China no mercado brasileiro de máquinas agrícolas. Classificou a luta da indústria nacional como “uma batalha de Rambo contra Mazzaropi” e defendeu uma atuação mais incisiva do governo federal para evitar que a situação chegue a um ponto caótico, o que já teria provocado um rombo superior a US\$ 45 bilhões na balança comercial do setor entre os dois países nos últimos dois anos.

NOVOS RECORDES DO AGRONEGÓCIO

Graças ao desempenho de alguns setores, como derivados da soja, carnes, complexo sucroalcooleiro (etanol e açúcar), produtos florestais (madeira, celulose, papel, borracha), café, além de cereais, farinhas e preparações, a balança comercial do agronegócio brasileiro registrou um novo recorde nas exportações. No período acumulado dos últimos 12 meses (de maio de 2010 a abril de 2011), o valor chegou a US\$ 81,3 bilhões, um aumento de 20,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Por conta desse desempenho, o superávit comercial também subiu e alcançou os US\$ 66,6 bilhões.

GRÃOS

A safra brasileira de grãos, período 2010/2011, deve ser de 159,5 milhões de toneladas. O valor confirma recorde na produção, de acordo com o oitavo levantamento da Conab, com 10 milhões de toneladas a mais que o colhido na safra anterior.

GOVERNO ANUNCIA CRÉDITO PARA A PECUÁRIA

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, anunciou durante a Expozebu, em Uberaba, MG, que o Plano Safra 2011/2012 contará com três linhas de crédito específicas para a pecuária. Uma delas será destinada à renovação de pastagens, com ênfase em melhoria de produtividade, e abrangerá atividades como correção de solo, adubação, manejo e melhorias genéticas nas gramíneas degradadas. Outras duas linhas incentivarão a retenção e a aquisição de matrizes. Segundo o ministro, o volume de recursos e os prazos ainda estão sendo definidos com o BNDES e o Banco do Brasil.



CANA-DE-AÇÚCAR

A produção nacional de cana-de-açúcar a ser moída pela indústria sucroalcooleira na safra 2011/2012 deve chegar a 642 milhões de toneladas. O número é recorde nacional e representa um aumento de 2,9%, na produção total, em relação ao ciclo 2010/2011. O resultado faz parte do primeiro levantamento do ciclo divulgado pela Conab.

BRASIL MOSTRA MERCADO DE NÃO TRANSGÊNICOS

Os maiores produtores e fornecedores de grãos não geneticamente modificados estiveram reunidos em São Paulo, nos dias 10 e 11 de maio, durante o Semear 2011 – 1º Encontro Brasileiro do Mercado de Produtos e Sementes Livres de Transgênicos –, para, segundo Ricardo Sousa, diretor-executivo da Abrange, entidade realizadora do evento, “mostrar que o Brasil tem a vantagem e a liderança na produção de grãos não transgênicos para atender ao mercado, seja ele do tamanho que for”.



PRODUÇÃO BRASILEIRA

De acordo com a Associação Brasileira de Produtores de Grãos Não Geneticamente Modificados (Abrange), atualmente o Brasil produz 20 milhões de toneladas de soja não transgênica, sendo que, desse total, 6 milhões são certificadas – perto de 10% da produção brasileira da leguminosa, prevista para em torno de 68 milhões de toneladas na safra 2010/2011.

OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO

“As oportunidades de crescimento deste mercado são enormes”, destaca o diretor-executivo da Abrange, Ricardo Sousa. Toda a produção de soja dos principais concorrentes do Brasil – Estados Unidos e Argentina – é praticamente transgênica. Os importadores, principalmente europeus e asiáticos, pagam prêmios para assegurar o produto convencional, que são rateados entre as indústrias processadoras e produtores rurais.

PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA

Importadores do Japão, da Coreia do Sul, Suíça, Alemanha, Noruega, França e Holanda participaram do Semear 2011. Esses países compraram do Brasil, em 2010, 6,5 milhões de toneladas de farelo de soja não transgênica, praticamente metade das exportações totais de farelo, que somaram 13,6 milhões de toneladas. Toda a lecitina – utilizada na indústria de alimentos – exportada pelo Brasil é praticamente não transgênica.

A NOVA SECRETÁRIA DA AGRICULTURA DE SÃO PAULO

Mônica Bergamaschi é engenheira agrônoma, mestre em engenharia de produção agroindustrial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), secretária-geral da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (Abag/RP) e diretora da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

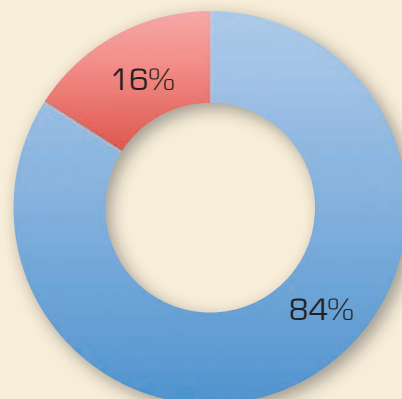


ENQUETE DO SITE DA AGROANALYSIS

Você é favorável à limitação da venda de terras brasileiras a estrangeiros?

Sim

Não





RENATO ARAUJO/ABR

O desafio não é a disponibilidade de área, tecnologia ou pessoas motivadas para que um novo ciclo de expansão do etanol ocorra de forma eficiente. Dificuldades de gestão, governança e capital também foram superadas. O que realmente falta, nesse momento, é enfrentar os fatores estruturais que reduziram a competitividade do produto.”

MARCOS JANK, presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica)

“É o câmbio, e não a folha de pagamentos, que tira a competitividade das empresas exportadoras do Brasil ou das que concorrem com bens importados no mercado interno.”

MARCELO LETTIERI, professor da Universidade Federal do Ceará (UFCE)

“Não podemos ficar reféns de pessoas que representam países que destruíram inteiramente seu meio ambiente e agora querem impor regras de como devemos preservar nossos recursos naturais. Da mesma forma, não é possível que se atendam àqueles que pretendem continuar desmatando sem limites.”

WAGNER ROSSI, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

“Ainda temos um longo caminho para fazer com que os nossos cafés especiais se consolidem no mercado. O fato de o Brasil ser o maior produtor mundial dificulta nosso posicionamento no segmento dos especiais.”

ROBÉRIO SILVA, diretor do Departamento do Café do Mapa, na abertura 23ª Feira da Associação Americana de Cafés Especiais (SCAA, na sigla em inglês), em Houston, EUA

“O Brasil precisa ter uma regulação sobre a entrada de investimento chinês. Queremos que a entrada dos chineses no agronegócio, por exemplo, seja para agregar valor local e não para comprar terra e mandar soja para fora.”

EDUARDO COSTA PINTO, economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

“Existe interesse dos países ricos em ‘travar’ o desenvolvimento da agricultura brasileira. Trata-se de uma guerra comercial. A agricultura dos países ricos financia ONGs que saem da Europa e vêm atuar no Brasil, defender uma preservação que não defendem lá.”

Deputado ALDO REBELO em discurso durante a Assembleia-Geral da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé)

“A aquisição de terras por estrangeiros no País não afeta a soberania nacional, e sua restrição vai prejudicar a velocidade do crescimento do agronegócio no ritmo exigido pela crescente demanda mundial por alimentos.”

ANDRÉ PESSÔA, diretor da Agroconsult

Preço do etanol

Oferta rígida e demanda não tão flex

APESAR DE os brasileiros já estarem acostumados com as oscilações de preços do etanol nas bombas, 2011 pode ser considerado um ano atípico. O aumento de preços atingiu níveis recordes, suscitando revolta nos consumidores e dúvidas, por parte do governo, sobre o marco regulatório que orienta o setor desde 1990. Além dos prejuízos causados aos consumidores brasileiros, do ponto de vista comercial, a falta do etanol no mercado doméstico reduz a confiança de países que consideram a possibilidade de adotar esta tecnologia, já que o Brasil é a única nação com um mercado de etanol em larga escala já desenvolvido, além de um dos principais fornecedores deste produto no mercado internacional. Neste sentido, essa desorganização no mercado doméstico pode criar sérios prejuízos a exportações futuras deste produto.

No acalorado debate que vem ocorrendo nas últimas semanas, muito ruído se observa em relação à causa da disparidade de preços nas bombas. A imprensa e até mesmo o governo parecem ter comprado o argumento de que as melhores condições no mercado internacional de açúcar teriam sido responsáveis pelo redirecionamento da produção, reduzindo a oferta de álcool no mercado. Apesar de as plantas industriais permitirem essa possibilidade, existem limites tecnológicos que enfraquecem esta tese, já que a margem de flexibilidade não permitiria explicar a magnitude da queda na oferta. Ainda assim, a possibilidade de se exercer o controle sobre as exportações de açúcar por meio de taxações e cotas vem sendo cogitada em Brasília. A experiência internacional, vide nossa vizinha Argentina, demonstrou o quão complexas e arriscadas são as políticas nesta direção.

O setor sucroalcooleiro, por meio da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), busca demonstrar a “excepciona-

lidade” do momento, em que as condições climáticas de 2010 teriam comprometido a safra do presente ano. Nesta linha de raciocínio, argumenta-se que o impacto sobre a oferta, graças à quebra de safra, teria sido muito superior à redução da produção em função da maior produção de açúcar. Adicionalmente, sustenta-se a ideia de que a principal explicação para esta dificuldade em atender ao mercado nacional estaria relacionada com a diminuição dos investimentos para expansão da capacidade produtiva do setor sucroalcooleiro. Desde a crise financeira de 2008, a disponibilidade de recursos para investimentos em novas usinas se reduziu, ao mesmo tempo em que a demanda cresceu, por causa do maior número de carros flex.

Mesmo que todos os argumentos acima mencionados façam sentido, permitindo explicar a menor oferta de etanol este ano, uma dúvida ainda aflige os analistas que buscam explicar o pico de preços observado nos últimos meses: se a maior parte da frota de veículos automotivos que utilizam etanol é flex, dando ao consumidor a opção de migrar para gasolina quando os preços ultrapassarem certo nível, por que a demanda por este produto não caiu na mesma proporção e os preços continuaram subindo? Caso esse ajuste ocorresse de forma tão automática quanto supunha-se, a redução na demanda de etanol quando os preços ultrapassaram os 70% da gasolina deveria ter reduzido a pressão e, de certa forma, ajustado o mercado. Assim, levanta-se a dúvida de se o mercado de combustíveis brasileiro é tão flex como a tecnologia automotiva sugere.

Pesquisa recente conduzida pelo Prof. Alberto Salvo, da Kellogg School of Management (Northwestern University - EUA), em coautoria com o Prof. Cristian Huse, da Stockholm School of Economics, buscou evidências de como os



SXC.HU

consumidores brasileiros tomam suas decisões nos postos de combustíveis. Foram considerados pelo menos 20 postos localizados em cada uma de seis capitais brasileiras (São Paulo, Curitiba, Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte). Após a escolha do combustível, os consumidores eram abordados e convidados a responder perguntas relativas ao seu perfil socioeconômico e aos atributos considerados na escolha dos combustíveis. Aproveitando a elevação dos preços do etanol na entressafra de 2010, os pesquisadores puderam comparar o comportamento dos consumidores, quando a vantagem de preço estava a favor ou contra o álcool, e ainda relacionar como estas diferenças se alinhavam com o perfil dos consumidores.

Os resultados indicam a existência de um grande contingente de proprietários de carros flex que não seguiu o comportamento esperado. Mesmo quando o preço do etanol ultrapassava em 20% a “linha de indiferença”, 20% dos consumidores se mantiveram consumindo etanol e, da

mesma forma, 20% dos entrevistados se mantiveram consumindo gasolina mesmo quando o etanol era substancialmente mais vantajoso por quilômetro rodado. Em outras palavras, para 40% dos consumidores ouvidos, o preço não era o único determinante do combustível escolhido. Quanto aos demais atributos, observou-se maior tendência a abastecer com a gasolina entre os consumidores que se revelaram preocupados com o efeito que o combustível teria sobre a vida útil dos motores. Já aqueles que revelaram preocupação com o meio ambiente tendem a utilizar mais o etanol. A pesquisa tam-

bém revelou que os consumidores com maior tendência ao etanol eram majoritariamente jovens, com ensino superior completo e vivendo em regiões próximas à produção do combustível.

Tais evidências demonstram que, para um grupo considerável de consumidores, a gasolina e o etanol não são substitutos perfeitos, sendo que a diferença de preço tem de ultrapassar a linha dos “reais por quilometro” para fazê-los alterar sua opção de consumo. Dessa forma, cria-se certa rigidez neste mercado, o que reduziria os efeitos do ajustamento que a tecnologia *flex* permite. Uma explicação para

isto estaria nas campanhas realizadas pelo setor sucroalcooleiro brasileiro, em que o etanol é apontado como uma solução verde. Outra possível razão poderia estar no fato de este produto representar uma solução brasileira, gerando empregos e renda no País. O fato de consumidores em regiões produtoras apresentarem maior tendência a consumir este produto corrobora esta tese. Mas independentemente do motivo, fica claro que a flexibilidade parece estar bem mais nos motores que nas preferências e percepções (inclusive sobre preços efetivos) dos consumidores brasileiros. ■



A logística reversa que é exemplo para o mundo

Desde que entrou em funcionamento há nove anos, o Sistema Campo Limpo (programa de destinação das embalagens vazias de defensivos agrícolas) já retirou do meio ambiente mais de 170 mil toneladas de embalagens vazias do campo, ou 94% das embalagens plásticas comercializadas em todo país. A união desse setor (agricultores, canais de distribuição e cooperativas agrícolas, fabricantes, com apoio do poder público), por meio de responsabilidades compartilhadas e de um objetivo comum, serve de exemplo para outras cadeias, gera orgulho a todos os participantes e alçou o Brasil ao posto de referência mundial no assunto.

Conheça a ecoeficiência*

(impacto econômico e ambiental) da criação do Sistema Campo Limpo:

Consumo de energia
3 vezes menor

Consumo dos recursos naturais
3 vezes menor

Produção de resíduos / rejeitos
7 vezes menor

CO₂ equivalente
164.000 t não emitidas

Geração de empregos
8 vezes maior

* Estudo realizado pela Fundação Espaço Eco em 2009.

Desenvolvimento agrícola

O que há de novo?

Silvio Crestana¹
Edilson P. Fragalle²

FOME, GOVERNANÇA, meio ambiente. Antigos e novos problemas hoje desafiam não só o Brasil, mas todo o planeta. Relatórios recentes da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) constataam o aumento da fome e da miséria em escala global, já na casa do bilhão de subnutridos. Mais recentemente, verificamos o não cumprimento de acordos multilaterais e metas para redução deste problema, ficando claro que os fóruns mundiais e as organizações não conseguem exercer o papel de arbitragem esperado. A questão ambiental também aparece em proporções globais pela primeira vez na história da civilização, com graves ameaças à própria espécie humana. Tornam-se evidentes a conexão e a interdependência entre eventos locais e globais e a constatação de que os recursos naturais são finitos. Atingimos limites críticos quanto à conservação da biodiversidade, aos recursos hídricos, às emissões de gases, à erosão, dentre outros.

Mas, na sociedade do conhecimento, o homem alcançou um novo paradigma ao ser capaz de manipular, simultaneamente, átomos e moléculas, genes, *bits*, neurônios, por meio de tecnologias advindas da informação, das ciências cognitivas, da biotecnologia e da nanotecnologia. As chamadas Tecnologias Convergentes permitem a sinergia entre conhecimentos científicos e tecnológicos inédita em toda a história da C, T & Inovação. A boa notícia é que esses avanços podem contribuir para uma nova etapa da agropecuária, uma espécie de “Revolução agro-sócio-ambiental” – sucessora da “Revolução Verde” – só que, desta vez, mais “verde” e socialmente mais inclusiva.

A emergência recente do Brasil como fornecedor mundial de alimentos e, potencialmente, de energia (renovável e fóssil), é outro fato novo. Maior produção de alimentos, fibras e energia, com sustenta-

bilidade econômica, social e ambiental, uma revolução com a marca da agricultura tropical, uma contribuição brasileira para minimizar a fome mundial e os impactos ambientais. A agricultura é a principal atividade produtiva contribuindo para o cumprimento das metas de redução de emissão de Gases de Efeito Estufa. O aumento da eficiência no uso de insumos agrícolas – água, solo, ar, fertilizantes, defensivos, corretivos – para a produção tem papel fundamental neste processo.

Viabilizar essas potencialidades depende, entre outros fatores, da implantação de políticas públicas de incentivo



e fomento. No que tange à governança, o cenário atual exige ainda que as instituições se preparem para incluir em suas plataformas de gestão a imprevisibilidade de eventos, os temas complexos, o diagnóstico de aumento crescente de crises e a participação de múltiplos parceiros. Mais que governo, é preciso governança que considere e administre não só a dimensão *vertical* da autoridade, mas também a dimensão *horizontal* da inteligência e do poder coletivos emanados da sociedade. Por uma razão ou outra fica clara a urgência de se criar, no País, uma nova área da Ciência, da Engenharia e da Gestão: a dos Sistemas Complexos.

O progresso tecnológico obtido nos dois últimos séculos baseou-se na monodisciplinaridade, em que a química, a biologia, a genética, a engenharia das máquinas e dos equipamentos foram exercidas isoladamente, sem integração. O ingrediente básico da “Revolução agro-sócio-ambiental” é o trabalho interdisciplinar e transdisciplinar, cerne das Tecnologias Convergentes.

A Nanociência e a Nanotecnologia, ciência e tecnologia que lidam com o mundo na dimensão atômica e molecular, merecem destaque entre as Tecnologias Convergentes. É como se pudéssemos modelar o futuro, átomo por átomo. Nessa escala, a matéria apresenta propriedades físicas únicas que fazem com que novas aplicações sejam possíveis. Produtos que empregam matérias-primas nanoscópicas já estão surgindo no Brasil, tais como a “Língua Eletrônica”, desenvolvida pela Embrapa no Laboratório Nacional de Nanotecnologia para o Agronegócio, em São Carlos (SP) – que coloca o País na vanguarda do setor –, capaz de detectar sabores (doce, salgado, amargo e azedo).

Apesar de já ter inovações decorrentes das Tecnologias Convergentes, o Brasil praticamente ainda não debateu esse tema, embora os Estados Unidos já o tenham feito em 2002 e a Europa em 2004. O País e o mundo não podem prescindir do que há de novo, exaurindo os potenciais e as sinergias propiciadas pela Nanotecnologia, pelas Ciências Cognitivas, pela Biotecnologia e Tecnologia da Informação. Não acreditamos em remédio para os problemas atuais se a Ciência & Inovação não forem usadas nos seus limites máximos, radicalizando a aplicação do melhor que elas têm a oferecer. ■

1. Físico, Ex-Presidente da Embrapa, Pesquisador da Embrapa Instrumentação

2. Jornalista, Chefe Adjunto de Transferência de Tecnologia da Embrapa Instrumentação

Agricultura argentina

Mudanças recentes

Bivanilda Almeida Tapias*

NOS ÚLTIMOS 15 anos, a área plantada na Argentina aumentou de 15 para 30 milhões de hectares, gerando mudanças no uso da terra em várias regiões do país. Ao contrário do que aconteceu com a expansão da agricultura mecanizada em outros países, e na própria Argentina no início do século XX, os possíveis efeitos negativos de um processo dessa magnitude sobre o meio ambiente foram atenuados pela introdução de novos conceitos e tecnologias agrícolas inovadoras, incluindo o plantio direto, o aumento da utilização de herbicidas e fertilizantes, rotação de cultura e novos critérios de planejamento agrícola.

A adoção de variedades geneticamente modificadas e de novos processos tecnológicos também cresceu a taxas surpreendentes nos últimos anos. As principais características do modelo de produção agrícola dominante na Argentina se caracterizam por forte crescimento, entre outros:

- I da cultura da soja, motor de impressionantes transformações, principalmente a geneticamente modificada, atingindo mais de 80% da área cultivada;
- II do uso de fertilizantes, que quase quadruplicou no período de mudança;
- III do uso do herbicida glifosato para o controle de plantas daninhas em áreas com e sem cultivos; e
- IV da incorporação de tecnologias organizacionais e conhecimento na criação de uma empresa agrícola.

A economia cresceu, mas o consumo de alimentos aumentou mais que a produção. As exportações, em sua maioria, foram desestimuladas para evitar o desabastecimento. Em 2008, o governo Kirchner editou decreto que elevou o valor dos impostos cobrados na exportação, as chamadas retenções que começaram a ser aplicadas no país em 1967. Nos anos 90, foram suspensas, mas voltaram em 2002,



SXC.HU

no governo de Eduardo Duhalde. Foram impostas medidas drásticas, provocando a fúria dos produtores rurais. Hoje, as retenções sobre as exportações de grãos, óleos e farelos representam mais de 13% da arrecadação fiscal.

Em mais um esforço de realinhamento e retomada dos investimentos no campo, o governo lançou, em 2010, o Plano Estratégico Agroalimentar e Agroindustrial Participativo e Federal (PEA 2010 - 2016), que tem como objetivos fazer um diagnóstico geral da agricultura do país, priorizando setores considerados estratégicos, e aumentar a produção de grãos para 150 milhões de toneladas até 2016. A atual safra está estimada em 100 milhões de toneladas, das quais 44 milhões correspondem a cereais, 53 milhões a oleaginosas e cerca de 3 milhões a outros cultivos.

Embora a produção de milho e trigo seja expressiva no país, a soja continua sendo o principal produto da safra 2010-2011, com 84% da superfície implantados na região sul de Santa Fé e uma produção estimada em 52 milhões de toneladas, distribuídas em 18,8 milhões de ha. Os gastos de produção desta safra de grãos estão em torno de 25 milhões de dólares, em que as principais despesas se referem ao arrendamento de terras e à comercialização.

Ressalvas feitas às peculiaridades locais e à posição de destaque deste país como

importante produtor e exportador de alimentos, podem-se observar boas oportunidades de acesso ao mercado argentino, especialmente para frutas, verduras e hortaliças. Nos primeiros três meses de 2011, o Brasil ocupou a 3ª posição nas importações argentinas de banana e ainda explora um mercado muito promissor para manga, coco, mamão, entre outros. Para produtos como a carne de aves, observa-se que as oportunidades são sazonais, concentradas no último trimestre do ano. Em relação a hortaliças e verduras, nos primeiros meses de 2011, o principal produto exportado pelo Brasil à Argentina foi a cenoura, enquanto em 2010 o destaque foi para a abóbora e o tomate com 560 e 927 toneladas, respectivamente.

Entretanto, cabe um alerta quanto ao deslocamento das exportações brasileiras em face do crescimento das exportações chinesas. A China, que até 2008 concentrava suas exportações para a Argentina em produtos industrializados, como eletrodomésticos, a partir de 2009 ampliou sua pauta com consideráveis avanços em produtos agrícolas. Em 2010, com os problemas nas relações comerciais entre os dois países, as exportações chinesas à Argentina se concentraram nos cogumelos (350 toneladas). Mas nos primeiros meses de 2011, os chineses já exportaram 2 toneladas de abóbora e 25 de pimentão, mercado que em 2010 foi dominado pelo Brasil.

Em relação a produtos de origem animal, como a carne de porco, a China, em 2010, ocupou a 8ª posição nas importações argentinas e no período de janeiro a março de 2011 já é a 7ª. Adiciona-se a isso o fato de que é cada vez maior o número de empresas chinesas que arrendam terras na Argentina para atividades rurais. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não das instituições que representa.

*Adida Agrícola da Embaixada Brasileira em Buenos Aires

Energia

Biocombustíveis ganham força

Cleber Lima Guarany*

NO MÊS de março, aconteceu em Roterdã um dos maiores eventos de biocombustível da Europa, o World Biofuels Market, que trouxe as últimas novidades e tendências para o setor.

Para os que defendem os biocombustíveis como uma das alternativas viáveis e imediatas para redução da dependência dos combustíveis fósseis, as notícias não poderiam ser melhores. O etanol, o biodiesel e a biomassa são as vedetes do momento.

Para o setor de transporte, a alternativa, já reconhecida como a melhor opção, é o biocombustível líquido, principalmente o etanol e o biodiesel, e as previsões de crescimento são bastante significativas na Europa.

O etanol crescerá nos próximos anos a taxas maiores que o biodiesel, puxado pela tendência da diminuição gradativa do subsídio dado pelo governo americano ao etanol produzido nos Estados Unidos (que impulsionaria a importação do etanol de cana-de-açúcar), e pela meta obrigatória estabelecida pela União Europeia, que determina que, até 2020, 10%

do consumo total de combustíveis deverão ser provenientes de biocombustíveis.

Completando este cenário, a produção europeia de etanol, a partir da beterraba e de grãos, tende a diminuir, tanto pela falta de competitividade quanto pela falta de disponibilidade de terras agricultáveis.

O etanol da cana-de-açúcar continuará sendo imbatível, mesmo que novas tecnologias de produção, como lignocelulose e/ou bioquerosene, se tornem economicamente viáveis.

No caso do biodiesel, as projeções para o mercado mundial sinalizam crescimento anual de 10%, podendo alcançar, em 2020, uma produção total da ordem de 12 bilhões de litros, considerando a mistura de 5% de biodiesel no diesel (B5).

A matéria-prima base para fabricação do biodiesel continuará sendo óleos derivados da soja e do *rapeseed*, mas o fiel da balança para determinar o preço no mercado internacional será mesmo o óleo de palma, atualmente o óleo mais produzido no mundo e ainda com excelentes condições de crescimento de produção nos próximos anos, principalmente no Brasil

e na África, regiões onde ainda se consegue encontrar áreas degradadas com condições edafoclimáticas para o plantio da palma.

A biomassa também figura como importante fonte de energia sustentável para produção de vapor e energia elétrica e pode ser produzida em forma de *pellets*, quando a produção da matéria-prima estiver distante do polo consumidor, ou em forma de fardos para utilização dentro do próprio *cluster* de produção.

Ela é uma excelente opção para substituição de termoeletricas a diesel, pois, além de o custo de produção do MWh ser inferior, é uma fonte de matéria-prima estável, principalmente em um cenário de alta de preço do barril de petróleo.

Um ponto que vem chamando a atenção do setor é a inclusão, cada vez maior, da África como fonte de suprimento de biocombustíveis para a Europa e a Ásia.

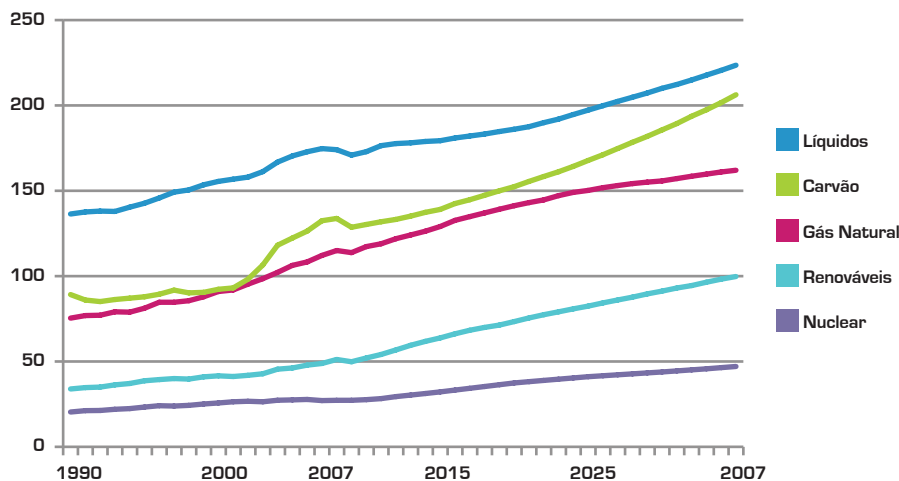
Representantes de países africanos, como Moçambique, Angola, Quênia e Etiópia, apenas para citar alguns, mobilizam-se para se tornar uma alternativa confiável de suprimento de biocombustíveis para o mundo e, assim, atrair investimentos.

A grande verdade é que a maioria dos países que ocupam a faixa tropical do planeta, o chamado *tropical belt*, será a grande supridora de energia sustentável do mundo. Iremos presenciar uma mudança estrutural importante que trará impactos positivos para a população dessa região do planeta.

Para empresas do setor e empreendedores em geral, fica aqui o recado da grande oportunidade que se aproxima: a matriz energética do mundo está mudando, e os biocombustíveis estão ocupando uma posição relevante na maioria dos países.

Quem viver verá. ■

Mercado mundial de energia por tipo de combustível (quatrilhões de Btu)



Biocombustíveis

Nova regulação

Plínio Mário Nastari*

A PÓS INDICAR o seu descontentamento com a alta nos preços do etanol, anidro e hidratado, aos produtores, e o consequente impacto nos preços ao consumidor do etanol hidratado e da gasolina, a presidente Dilma Rousseff assinou no dia 28 de abril a Medida Provisória 532, alterando pontos fundamentais da política de governo para este setor.

Na prática, as mudanças implementadas pelo governo podem ser consideradas bem-vindas e podem representar um avanço em relação à condição anterior, desde que gerem as alterações esperadas. O que não caiu bem foi a ameaça velada, anunciada na forma de um vazamento de informação sobre discussões internas de governo, levando em conta a possibilidade de implementação de duas outras medidas: a redução do teor de etanol anidro misturado à gasolina e uma taxa sobre exportações de açúcar. Estas duas medidas não representam um bom cartão

de visitas para um país, e uma indústria, que mais do que nunca carece de novos investimentos para expansão de sua capacidade industrial, com o objetivo de fazer frente à expansão vertiginosa na demanda interna e externa, por etanol e açúcar.

Toda esta discussão e as mudanças ocorridas tiveram origem na elevação dos preços do etanol entre o fim de fevereiro e o fim de abril de 2011, portanto, num breve período de dois meses.

A elevação de preços do etanol era necessária para que houvesse uma redução no consumo e, com isso, fosse evitado o desabastecimento. A frota, de natureza *flex*, precisava cumprir a sua função de permitir uma alternativa aos proprietários de veículos acostumados a usar etanol, pelo seu preço mais vantajoso durante a maior parte do ano. A redução era necessária, porque, depois de três anos de produção anormal, os estoques de etanol estavam correndo o risco de chegar a níveis

críticos. Em 2008, a produção foi afetada pela crise financeira, em 2009 sofreu com chuvas excessivas que deixaram mais de 40 milhões de toneladas de cana não colhidas e, em 2010, enfrentou o revés de um dos anos mais secos dos últimos tempos, reduzindo o volume de matéria-prima disponível para moagem. As condições se tornaram mais críticas ao ser constatado que a seca de 2010 causou atraso no desenvolvimento fisiológico das canas colhidas entre março e agosto de 2010, alongando o período de entressafra de 2011, pelo fato de não se ter o volume de cana tradicionalmente disponível para o processamento em março e abril de 2011.

Em dezembro de 2010, a Datagro previu que o estoque efetivo de etanol em 1º de maio de 2011 poderia chegar a 529 milhões de litros, volume equivalente a perigosos 7 dias de consumo, quando o recomendável seria um estoque operacional mínimo de 15 dias.

Esta situação não passou despercebida pelo governo, tanto que a ANP alterou temporariamente a especificação do etanol anidro a ser misturado à gasolina, até 30 de abril, permitindo o uso de produto com até 1% de água, viabilizando assim a importação de etanol produzido nos EUA, onde a especificação é mais frouxa que a brasileira, que determina um máximo de 0,5% de água, em volume.

Mesmo com importações de etanol anidro realizadas exclusivamente por produtores, em volume estimado de 228 milhões de litros na região Centro-Sul e 235 milhões de litros na região Nordeste (estimativas da Datagro), o preço do etanol anidro ao produtor atingiu incríveis R\$ 3,00 por litro, e o preço do hidratado chegou a nível inédito de R\$ 1,67 por litro, livre de impostos.



SXC.HU

Inclusão dos biocombustíveis na Política Energética Nacional

A MP 532 insere o termo "biocombustíveis" – ou seja, etanol, biodiesel e outros combustíveis produzidos a partir de vegetais – na Lei 9.478/97, que criou a Política Energética Nacional, e na 9.847/99, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis no País. A MP amplia as funções do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e atribui ao órgão vinculado à Presidência da República todas as ações inerentes aos mercados interno e externo de biocombustíveis. Antes, o CNPE versava apenas sobre petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

A MP amplia o artigo 6º da Lei 9.478/97 e substituiu a definição de biocombustível de "combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme regulamento, para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil", por "substância derivada de biomassa renovável que pode ser empregada diretamente ou mediante alterações em motores a combustão interna ou para outro tipo de geração de energia, podendo substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil, tal como biodiesel, etanol e outras substâncias estabelecidas em regulamento da ANP".

O texto da Medida Provisória inclui ainda dois incisos nesse mesmo artigo que definem a indústria de biocombustível como "conjunto de atividades econômicas relacionadas com produção, importação, exportação, transferência, transporte, armazenagem, comercialização, distribuição, avaliação de conformidade e certificação de qualidade de biocombustíveis;" e a produção como "conjunto de operações industriais para a transformação de biomassa renovável, de origem vegetal ou animal, em combustível".

A partir da promulgação da MP 532, o etanol produzido da biomassa passa a ser um produto energético, não mais agrícola, cuja regulação e fiscalização cabe à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Na parte em que altera a Lei 9.847/99, a MP 532 inclui os biocombustíveis nas normas para o abastecimento, transporte, estocagem, revenda e comercialização de combustíveis no País, bem como na avaliação da conformidade e certificação. A MP inclui também dois parágrafos no artigo 1º da lei, que determina as funções da ANP. Os parágrafos dão à ANP poderes para regulação e fiscalização de toda a cadeia de biocombustíveis e ampliam o controle da agência inclusive sobre estocagem e o comércio externo.

A MP determina que a ANP poderá estabelecer os termos e as condições de marcação dos produtos para sua identificação e exigir o envio de informações relativas à produção, à importação, à exportação, à comercialização, à qualidade, à movimentação e à estocagem dos mesmos. Por fim, o texto inclui os biocombustíveis nas infrações e punições previstas para infrações cometidas pelas indústrias.

A MP também amplia a banda de mistura do etanol anidro à gasolina de 25% a 20% para entre 25% e 18%. A medida dará ao governo mais poderes para reduzir a mistura em épocas de possível desabastecimento do anidro. Na prática, a MP 532 muda o artigo 9º da Lei 8.732/93, o qual determina que a mistura do etanol anidro à gasolina comercializada nos postos é de 22%, podendo variar entre 20% a 25%.

A consequência foi a elevação do preço do etanol hidratado e também da gasolina C, que contém 25% de anidro, em todo o País. A elevação do preço do hidratado causou a esperada migração do consumo na direção da gasolina, o que gerou a necessidade de importação não apenas de anidro mas também de gasolina A, pura. Em abril, a importação de gasolina A chegou a 170,77 milhões de litros. Esta situação irritou o governo, pois, além de afetar o preço dos combustíveis no curto prazo, obrigou a importação de gasolina exatamente no momento em que o preço internacional está mais de 20% acima do preço praticado no mercado doméstico, representando uma importação onerosa para a Petrobras.

Apesar de todo o barulho, a Medida Provisória 532/11 representa um avanço. Ela finalmente inclui o etanol na Política Energética Nacional. Embora o etanol tenha representado em 2010 mais de 45% do consumo de combustíveis do ciclo Otto, em gasolina equivalente, até hoje não fazia parte da Política Energética Nacional.

A ANP terá 180 dias para adequar seus regulamentos à Medida Provisória e vai estabelecer prazos para as empresas ajustarem-se às novas regras. Para esse fim, foi criado pela diretoria da ANP um grupo de trabalho para tratar das medidas para a implantação das mudanças relativas à regulação do mercado de etanol, que deve começar imediatamente seus trabalhos.

Superado o desconforto causado pela

alta de preços no mercado interno, e com preços em queda e já caminhando na direção de níveis de normalidade, com preço do etanol hidratado caindo abaixo de R\$ 1,00/litro ao produtor, fica a certeza de que a comercialização de etanol deve ser melhor estruturada, deixando de ser realizada apenas no mercado à vista. A possibilidade de que a ANP incentive a contratação prévia entre distribuidoras e produtores e a maior utilização de ferramentas de mercado, como o contrato futuro de etanol, deve ajudar a amenizar a sazonalidade e a excessiva volatilidade dos preços, que tanto incomodam consumidores, produtores e governo. ■

* Mestre e doutor em economia agrícola e presidente da Datagro Consultoria

Código Florestal

Controvérsias do novo Código Florestal

“Lobby ambientalista faz propaganda falsa sobre o relatório”

Deputado Federal Aldo Rebelo, relator do texto base do novo Código Florestal

“Nossas florestas vão estar menos protegidas do que em 1934”

Raul Silva Telles do Valle, coordenador-adjunto do Instituto Socioambiental (ISA)

Introdução

Há muito não se via um debate tão polêmico e polarizado na sociedade brasileira. A abrangência e o forte impacto que o conjunto de leis do Código Florestal tem sobre o meio ambiente e

as atividades agropecuárias ajudam a entender a comoção observada em Brasília nos últimos meses. É fundamental apartar a ideologia do debate, tanto quanto possível. Esta é a tentativa feita

abaixo sobre o projeto aprovado na Câmara e encaminhado ao Senado. Serão discutidos três pontos-chave da nova lei: APPs, Reserva Legal e Regularização das propriedades.

Resumo sobre o que muda no Código Florestal

Áreas de Preservação Permanente (APP) – Áreas protegidas em razão da importância na preservação dos mananciais de água, da estabilidade do solo, da biodiversidade e de outros elementos relevantes à preservação dos recursos naturais. São considerados quatro tipos básicos de APP: encostas, topos de morros, nascentes e matas ciliares.

Mudanças:

- Criam-se algumas exceções em relação a áreas desmatadas até julho de 2008 (por exemplo, APPs de mata ciliar, para rios de até 10 metros, só precisarão ser de 15 metros, ao invés dos 30 previstos anteriormente);
- Recuperação de áreas desmatadas em margens de rio e encostas e possíveis usos econômicos de APPs ficarão a cargo de regulação de Estados e da União.

Reserva Legal (RL) – Áreas de preservação obrigatórias por sua relevância para proteção da fauna e flora locais. No texto anterior, já se permitia a realização de atividades agrícolas sustentáveis nessas áreas.

Mudanças:

- Dispensa de proprietários de até quatro módulos fiscais de recompor regiões desmatadas até julho de 2008. As demais

propriedades devem respeitar as áreas mínimas de RL;

- Cômputo da RL, para todas as propriedades, poderá considerar APPs íntegras ou em recuperação, desde que não haja novos desmatamentos.

Regularização das propriedades – Clareza e simplificação dos mecanismos pelos quais proprietários que estão em desacordo com as normas de APPs e da Reserva Legal poderão regularizar sua situação constituem um dos principais objetivos almejados no novo Código.

Mudanças:

- Criam-se alternativas de regularização para áreas de Reserva Legal desmatadas, como compensação dentro do mesmo bioma ou unidade da Federação (compra ou arrendamento de área com vegetação nativa) e possibilidade de contabilizar APP dentro da RL;
- Criação de novos mecanismos de regularização pela União e pelos Estados – Programas de Regularização Ambiental (PRAs) –, de forma a facilitar a adequação dos proprietários às novas regras;
- Implementação de um Cadastro Ambiental Rural (CAR) visando gerenciar as informações sobre APPs e Reserva Legal nas propriedades.

Rodrigo C. A. Lima¹

COMO FICARÁ o agro brasileiro com o novo Código Florestal? Apesar de o texto aprovado na Câmara ainda depender da aprovação final do Senado e da presidente Dilma, e de haver muita pressão para mudanças, é possível analisar os elementos centrais que deverão estruturar o novo Código Florestal brasileiro.

Aumentar o desmatamento, prejudicar o cumprimento das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, causar danos à biodiversidade, fomentar crimes ambientais e criar barreiras ao comércio são alguns dos argumentos salientados contra o texto aprovado.

No entanto, é preciso examinar detalhadamente o texto para entender de que forma o novo Código vai regular o uso da terra e ponderar se ele realmente causa desequilíbrio entre agricultura e meio ambiente.

O primeiro diferencial que o novo Código deve trazer são regras claras sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs), a Reserva Legal (RL) e, principalmente, sobre a regularização das propriedades rurais. Incentivar a readequação das propriedades e posses, criar incentivos para a recuperação e a compensação florestal e estabelecer as bases para uma nova governança de uso da terra devem ser os objetivos centrais do novo Código.

Áreas de Proteção Permanente (APPs)

A questão das larguras mínimas para as APPs ao longo dos rios e de cursos d'água e a necessidade de manter as APPs em topo de morro e nas encostas foram reconhecidas pelo Código. O que gera debate, nos termos da Emenda 164, é a possibilidade de os Estados reconhecerem áreas consolidadas até 22 de julho de 2008, permitindo a manutenção de diversas culturas, inclusive pastagem.

O reconhecimento dessas áreas deverá ser feito nas hipóteses de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental, e deverão ser estabelecidas medidas mitigadoras que garantam o

bom uso do solo e da água. Além disso, em casos sensíveis, a recuperação da área poderá ser exigida.

As críticas quanto a esse ponto são fortes, pois, se todas as APPs atualmente utilizadas não tiverem de ser recuperadas, com base em leis estaduais específicas, os benefícios da recuperação de APPs serão reduzidos. Essa questão deverá gerar muito debate no Senado. Deve-se ressaltar, no entanto, que é importante prever a regularização de culturas como café, maçã, arroz, dentre outras, principalmente em pequenas propriedades.

Partindo desse ponto, que deverá ser revisto, a regra do novo Código é manter APPs de no mínimo 30 metros, para rios de até 10 metros, e prevê, como exceção, que em áreas desmatadas até julho de 2008 o proprietário terá de recuperar a largura mínima de 15 metros, ao invés de 30. Quem desmatou após essa data terá de recuperar as áreas integralmente, seguindo a regra do mínimo de 30 metros.

A única possibilidade de não haver recuperação das APPs ocorrerá se a Emenda 164 passar, sem alterações, e se os Estados criarem Planos de Regularização Ambiental nos quais reconheçam que certas APPs poderão ser utilizadas, considerando-se o baixo impacto ambiental da atividade em questão. Essa possibilidade exigirá a análise caso a caso pelos órgãos ambientais estaduais. Além disso, é essencial esclarecer que não há previsão alguma que libere desmatamento de APPs para produção agrícola, como previsto no § 4º do Artigo 8.

Reserva Legal (RL)

As regras sobre Reserva Legal equilibram o ônus do produtor de manter áreas protegidas, além das APPs. O novo Código reconhece o papel ambiental da RL, mas permite que as APPs sejam computadas para o cálculo da RL desde que não haja desmatamento novo e, principalmente, acolhe a compensação como forma de cumprir com a RL. Este fato evita ter de utilizar áreas produtivas existentes.

Todas as propriedades deverão manter áreas de Reserva Legal de no mínimo: 80% em áreas de florestas, 35% em áreas de Cerrado e 20% em áreas de campos gerais na Amazônia Legal; e 20% para as demais regiões do País.

A exceção vale para imóveis com até quatro módulos fiscais que não possuam esses limites mínimos. Nesse caso, a área da RL a ser cumprida será igual àquela ocupada por vegetação nativa em julho de 2008. Isso exige comprovar qual era a área com cobertura vegetal nessa data, o que demandará fotos de satélite ou outros meios de prova. Diante disso, dois cenários podem ocorrer:

- I. se não havia vegetação nativa em 2008, o proprietário não precisará manter RL, o que é um critério ruim, pois premia quem desmatou em detrimento de quem manteve a área;
- II. quem tinha vegetação nativa em 2008 e desmatou, terá de recompor ou compensar área equivalente.

Note-se que não há brecha para novos desmatamentos de áreas que em tese deveriam ser RL. Além disso, o argumento de que será possível fracionar as propriedades para se enquadrarem na exceção dos quatro módulos fiscais é errado, pois o § 1º do Artigo 13 prevê que, em caso de fracionamento do imóvel rural, a qualquer título, a área original do imóvel será considerada para a RL.

A partir dessas regras, os proprietários e possuidores, **independentemente do tamanho da propriedade**, poderão regularizar a obrigação da RL da seguinte forma:

1. Contar o total de APPs para o cálculo da RL desde que não haja novos desmatamentos (isso significa que, se o produtor planeja novos desmatamentos legais, não poderá contar a APP para a RL);
2. Recompor ou permitir a regeneração natural da área de RL na propriedade: em áreas abandonadas, degradadas ou mesmo produtivas (recuperar áreas degradadas deve

ser um dos focos; o Programa Agricultura de Baixo Carbono oferece crédito a juros mais baixos para esse tipo de atividade);

3. Compensar a RL em áreas do mesmo tamanho no mesmo bioma e, se fora do Estado, em áreas que sejam identificadas como prioritárias pela União ou pelos Estados (áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade apontadas pelo Ministério do Meio Ambiente, por exemplo);
4. Doação, ao poder público, de área localizada no interior de unidade de conservação não regularizada ou contribuição para fundo público que deverá ser criado.

A compensação da RL é, na realidade, um grande avanço do novo Código, pois permite criar um grande mercado de compensação florestal. É essencial frisar que somente áreas além das APPs e da RL serão elegíveis para compensar os passivos de outros produtores.

O grande desafio, uma vez aprovado o Código, é iniciar a regularização e, efetivamente, fomentar esse mercado de compensação. Se for possível evitar o desmatamento de milhões de hectares via a compensação da RL, estoques de carbono serão preservados, ajudando o Brasil a cumprir suas metas de reduzir 80% do desmatamento na Amazônia e 40% no Cerrado até 2020.

Além disso, o papel da manutenção da vegetação nativa trará benefícios para a biodiversidade, o que pode ser muito positivo para as propriedades, considerando-se serviços ambientais, bem como para o cumprimento das metas da biodiversidade assumidas pelo Brasil.

Regularização das propriedades

O novo Código deve ser visto como base para a regularização dos produtores cujas obrigações de APP e RL não estão em ordem. Para tanto, será essencial o comprometimento com a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), a ser

criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e que reunirá informações sobre a propriedade ou a posse, como a existência ou falta de APPs e RL, área produtiva, desmatamentos legais e ilegais, dentre outras informações relevantes no tocante ao uso da terra.

O papel dos órgãos ambientais – federal, estaduais e municipais – em relação à estruturação do CAR é muito relevante, a fim de evitar burocracias e atrasos na sua implementação em função de falta de estrutura, pessoal, sistema de tecnologia da informação que será adotado etc.

A aprovação dos chamados Programas de Regularização Ambiental (PRA), pela União e pelos Estados, será outra ferramenta imprescindível para a adequação ambiental das propriedades, pois deverá tomar como base as obrigações previstas no novo Código, principalmente em relação às APPs e à RL. O texto aprovado pressupõe que esses PRAs trarão detalhes sobre como deverá ser a regularização e, no caso da União, dependerão de um Decreto do Poder Executivo.

Apesar de não haver prazo para esses programas serem instituídos, há previsão expressa de que os produtores terão um ano para aderir, contado a partir da implementação do CAR.

Deve ficar claro, no entanto, que em grande parte dos casos a regularização poderá ser feita a partir da criação do CAR, não sendo preciso esperar definições dos PRAs. A proatividade dos produtores tenderá a ser um diferencial importante, principalmente quando se observa que buscar se adequar ao novo Código será essencial para acesso a crédito, para vender produtos, ter desconto no Imposto Territorial Rural e até mesmo para obter desconto no Imposto de Renda em relação às despesas com recomposição e compensação.

É possível que alguns dispositivos do texto aprovado na Câmara sejam revistos até a aprovação final. Independentemente disso, as bases do novo Código estão

lançadas, e espera-se adesão massiva dos produtores a fim de regularizarem suas propriedades e posses. Isso é central para pacificar a visão enviesada de que o agricultor está à margem da lei e para reforçar a relação de equilíbrio entre o agro e a conservação ambiental.

Dessa forma, será possível transformar a produção de alimentos e de energia no Brasil em modelo de sustentabilidade para o mundo. Cabe a cada um cumprir seu papel após aprovado, definitivamente, o novo Código Florestal. ■

Comentário de Roberto Rodrigues²

Qualquer que seja o resultado final das discussões sobre o Código Florestal – posição do Senado e posterior decisão da presidente Dilma Rousseff –, a esmagadora vitória por 410 votos contra 64 do relatório do deputado Aldo Rebelo na Câmara dos Deputados é uma grande ode à democracia. Aquela Casa do Povo, legítima representante das mais diversas parcelas da sociedade brasileira, compreendeu a necessidade de segurança jurídica em um ponto fundamental para o desenvolvimento do País.

Ninguém poderia dizer que foi uma vitória dos ruralistas: eles não chegaram nem à metade dos 410 votos; muito menos que seria a derrota dos ambientalistas: eles são muito mais que os 64 votos. Foi a vitória da democracia, da institucionalidade, da independência dos poderes.

Vai ser complicado fazer oposição à tamanha maioria democrática.

1. Advogado, Gerente-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône); e-mail: rlima@iconebrasil.org.br

2. Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Crédito rural

Reformas à vista

INSTITUCIONALIZADO PELA Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, o crédito rural foi um importante instrumento de incentivo à produção, ao investimento, à comercialização agropecuária e, conseqüentemente, à economia nacional. Até 1985, o orçamento monetário representava cerca de 80% das fontes de recursos. Desde então, os recursos obrigatórios, atualmente correspondentes a 25% dos depósitos à vista da Instituição Financeira (IF), junto com a poupança rural, ganharam participação crescente no financiamento do campo.

O problema de hoje é quando se coteja anualmente a quantidade de recursos obrigatórios aplicados no crédito rural a taxas de juros favorecidas de 6,75% ao ano, da ordem R\$ 55 bilhões, com o orçamento de despesas da agricultura, estimado em R\$ 160 bilhões. O descoberto, correspondente a dois terços, é fechado com recursos próprios dos agricultores e do financiamento das agroindústrias na base de um terço para cada um.

Na verdade, enquanto a evolução dos recursos obrigatórios não acompanha o ritmo vigoroso de crescimento da agricultura brasileira, a drenagem de financiamentos para a produção é bem satisfatória. Apesar de aparentemente parecer um paradoxo, diversos fatores explicam essa situação de boa liquidez na oferta de dinheiro ao agricultor.

Depois de sucessivos insucessos e imensas perdas de renda no setor, o comportamento, do credor e do devedor, sofreu abrupta mudança. Isso é sentido, ao longo do tempo, com as renegociações das dívidas rurais na Secutização e no Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) nos anos noventa, nas gra-

ves estiagens e quebra nas colheitas durante as safras de 1999/00 e 2004/05 e na recente crise financeira, de escala global, em 2008. Esses momentos dramáticos trouxeram lições: as IFs ficaram cada vez mais rigorosas nas análises cadastrais, e os produtores melhoram substancialmente a gestão de seus negócios.

A transição do campo

Quando o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, reduziu a taxa básica de juros do País, a Selic, para 8,75% ao ano, em julho de 2009, a competitividade do crédito rural chegou ao seu menor limite. Em outras palavras, a taxa Selic ficou bem próxima da especial taxa do crédito rural, de 6,75% ao ano. Se o processo de baixa da Selic continuasse, a atratividade diferenciada na concessão do crédito rural com as fontes na exigibilidade praticamente deixaria de existir em relação ao custo de outros financiamentos.

Essa contextualização é muito importante para entender a tendência da política agrícola governamental, historicamente sempre centrada com muito peso na disponibilidade de crédito oficial. O sinal claro é priorizar o dinheiro proveniente do depósito à vista para o pequeno e o médio produtor. O grande produtor e as empresas jurídicas deverão buscar as alternativas propostas pelo mercado financeiro e os fundos de investimentos. Esse é um passo derradeiro para preparar o terreno do sistema para a modernização, como nos Estados Unidos, por exemplo, com maior integração entre o crédito, seguro e mercado futuro.

Em outras palavras, tem início a implantação de medidas para romper com

as operações tradicionais. O financiamento agropecuário passa a ser cada vez mais independente do Estado!

Começo das mudanças

Há algum tempo, as normas do MCR alteraram os critérios de conceituação do produtor rural para efeito de tomada de crédito rural. Foram abolidas as classificações de mini, pequeno, médio e grande produtor, calculadas com base no valor de produção. Em substituição, passou a ser empregada uma medida bem mais simples: abaixo de R\$ 200 mil, é pequeno, e acima os demais. Essa medida foi positiva, pois de forma simples facilitou e desburocratizou a formalização das operações.

Sondagem de mercado aponta que existem em torno de um milhão de contratos na chamada agricultura comercial e quatro milhões na agricultura familiar. Portanto, faz todo sentido buscar caminhos para facilitar o mundo dos negócios entre os produtores, as empresas de insumos, processadores, *tradings* e outros agentes que operam nas cadeias produtivas.

Aprimorar a amplitude do impacto da política agrícola ainda é um grande desafio no Brasil. Existe um laço antigo de estar atrelado somente ao crédito, sem grande ligação com o estímulo da produção, o controle da inflação e a questão ambiental na diversificação das explorações. As medidas, que ora se especulam, certamente serão acompanhadas de outras bem importantes, como na área de seguros, do cadastro único, da regulamentação e registros de títulos, dentre outras. **Agroanalysis** acompanhará tudo isso bem de perto. ■

Prováveis medidas para a safra 2011/12

- As expectativas apontam para alterações de monta no Manual de Crédito Rural. As propostas estão sendo esmiuçadas no Ministério da Fazenda, juntamente com IFs públicas e privadas. As novidades deverão aparecer brevemente, quando do anúncio do Plano de Safra e na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN).
- O desenvolvimento dos trabalhos obedece a três grandes pilares: **Primeiro:** o econômico, com o estabelecimento de novos tetos e formas de financiamento; **Segundo:** o chamado *back off*, relacionado à burocracia bancária e aos custos das transações; **Terceiro:** o estabelecimento de novos marcos legais, como o do uso do Certificado de Crédito Bancário, de menor custo de registro em relação ao Certificado de Crédito Rural.
- Do ponto de vista geral, a grande modificação passa a ser o controle da concessão do crédito pelo Certificado da Pessoa Física (CPF), que ficará cadastrado no sistema Registro Comum de Operações Rurais (Recor).
- Os limites individuais de financiamento passam a ser liberados por CPF do beneficiário. Deixam de existir os limites por cultura. Esse novo procedimento, na prática, simplifica a burocracia e reduz as despesas operacionais.
- Existe uma novidade em estudo que poderá ser implantada e normatizada no Manual de Crédito Rural (MCR), com relação ao cumprimento da exigibilidade do crédito rural. As IFs cumprem, atualmente, três alternativas básicas: recolher o numerário no Banco Central, repassar o recurso para outra IF e aplicar o dinheiro na agricultura. O governo analisa a possibilidade de os bancos de cooperativas aplicarem uma parte das exigibilidades repassadas pelos bancos privados. Para a execução desta prática, o instrumento a ser desenvolvido é o Depósito Interfinanceiro Para Cooperativas de Crédito (DIR Cooperativas), que precisa definir a distribuição dos riscos entre a cooperativa receptora, o banco repassador e o beneficiário do crédito rural.
- Outra introdução será a aplicação de uma espécie de crédito rotativo para o produtor, com maior limite de crédito e prazo mais longo, com renovação simplificada. A conta seria zerada na época da entrada de receita com a venda da produção. No caso de produtos da safra de verão, poderia ser, por exemplo, entre maio e junho.

Brasil: Fontes de recursos para o crédito rural (%)

Fonte	Recurso Oficial	Recurso Livre
1990/94	35	65
2000/04	58	52
2005/09	57	53
2010	57	43

Anuário Estatístico do Crédito Rural

A prática do rating

Apesar da avaliação da capacidade de um tomador de crédito saldar seus compromissos financeiros ser um procedimento antigo das IFs, a sua aplicação na agricultura brasileira é mais recente. A grande maioria dos produtores, na verdade, não se deu conta de sua existência e rápida disseminação.

Para conferir uma nota de risco de crédito, as IFs especialistas avaliam, além da situação financeira do cliente, as condições do mercado dos produtos agropecuários e a opinião de especialistas da iniciativa privada, de fontes oficiais e acadêmicas.

Análise comparativa das mudanças na concessão do crédito rural

Em vigor	Proposta	Comentário
Limite de crédito: R\$ 200 mil R\$ 275 mil R\$ 500 mil R\$ 650 mil Conforme a cultura.	Piso de crédito: R\$ 650 mil Teto de crédito: R\$ 975 mil Bônus: 15%: quando emprega sementes certificadas e comprova respeito às regras ambientais.	Mais crédito para quem está abaixo de R\$ 650 mil. Entre o piso e o teto de crédito poderão ser criados "sobretetos". Os créditos passam a ser controlados por CPF.
Empréstimo do Governo Federal (EGF): limite de crédito de R\$ 650 mil.	Financiamento para Estocagem de Produtos Integrantes da PGPM (FEPM). Financiamento para Estocagem de Produtos Não Integrantes da PGPM (FEE). Elevação do limite de crédito para R\$ 975 mil.	Oferecer mais recursos para o produtor melhorar a capacidade de gestão no fluxo de comercialização: decisão entre reter e vender a produção, de acordo com os preços no mercado.
Produtores Integrados: Limite de crédito Custeio: Aves: R\$ 45 mil Peru: R\$ 65 mil Suínos: R\$ 65 mil Investimento: Fixos e semifixos: R\$ 200 mil.	Produtores Integrados: limite de crédito por CPF. Custeio passa para R\$ 75 mil. Investimento passa para R\$ 300 mil.	Fica extinta a separação entre investimento fixo e semifixo.
Agroindústria: Limite de crédito: R\$ 30 milhões. Sementeiros: R\$ 3,5 milhões.	Agroindústria: Limite de crédito: R\$ 40 milhões (inclusive Funcafé). Sementeiros: Limite de crédito: R\$ 7 milhões.	A agroindústria deve apresentar a relação dos CPFs dos seus fornecedores para efeito de cadastro no sistema Recor.

Financiamentos do BNDES

Exigências ambientais

Gustavo Aguiar¹
 Rafael Ribeiro²
 Alcides Torres³
 Marco Túlio Silva⁴

O MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) declarou recentemente que a pecuária contará com três linhas de crédito específicas no Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012. De acordo com o anúncio do Mapa, uma das linhas será destinada à renovação de pastagens, com ênfase em melhoria de produtividade. O crédito vai atender a ações como correção de solo, adubação, manejo e reforma de pastagens degradadas. As outras duas linhas de crédito que deverão entrar em vigor na safra próxima incentivarão a retenção e a aquisição de matrizes, ou seja, estimularão investimentos na ampliação da atividade. O volume de recursos e os prazos ainda estão sendo definidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em conjunto com o Banco do Brasil.

A primeira linha parece que deseja, em meio às discussões do novo Código Florestal, redimir o fracasso do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que não deslanchou. Segundo informações do governo, dos R\$ 2 bilhões destinados ao programa, somente R\$ 700 mil, ou 0,35%, foram efetivamente contratados.

A burocracia e o elevado custo operacional levaram à baixa contratação do programa. São necessários laudos técnicos específicos que caracterizem e enquadrem o produtor dentro das exigências da linha de financiamento, além do acompanhamento detalhado feito pelo banco durante e após a contratação do crédito.

Outra questão está ligada aos baixos juros do programa ABC, que o tornam menos interessante para os bancos. A taxa atual para o ABC é de 5,5% ao ano, frente aos 6,75% do Produsa e Propflora, por exemplo.

Neste contexto, analisamos as linhas do BNDES em vigor para a agropecuária e esclarecemos as condições ambientais de contratação.

Elegibilidade e condições ambientais de contratação para a pecuária bovina

O objetivo das linhas do BNDES é apoiar projetos de investimentos visando à implantação, modernização e expansão de empresas do setor agropecuário.

De acordo com a instituição, na fase de análise, o candidato ao apoio financeiro do BNDES, para a pecuária bovina, deverá cumprir os seguintes requisitos em relação a todas as suas unidades, sob o ponto de vista ambiental:

- Elaboração de um plano de implementação, segundo critérios aceitáveis pelo BNDES, com metas e cronograma para a obtenção de certificados ambientais, implantação de sistemas de gestão ambiental e melhoria dos indicadores de efluentes líquidos e resíduos sólidos.

- Elaboração de plano de desenvolvimento socioambiental de fornecedores que inclua capacitação e assistência técnica para aumento dos índices de produtividade e atendimento aos requisitos de regularidade fundiária e ambiental.
- Os beneficiários terão ainda obrigações especiais, cujo descumprimento poderá resultar no vencimento antecipado da dívida. Nos contratos que formalizarem as operações de apoio financeiro, são também exigidos:
- Aderir a sistema de rastreabilidade da cadeia produtiva de bovinos, do nascimento ao abate, para verificação da regularidade ambiental da cadeia de fornecimento;
- Ao adquirir animais incluídos no sistema de rastreabilidade, verificar a

Itens enquadrados nas linhas de financiamento do BNDES para a agropecuária

Itens	Descrição
1	Investimentos em empreendimentos que dependam da madeira como principal matéria-prima, desde que a madeira seja proveniente de floresta plantada. Caso a madeira seja de mata nativa, o apoio ficará condicionado à existência de Plano de Manejo Florestal Sustentável, aprovado pelo órgão ambiental competente, e à Certificação Florestal ou Certificação de Cadeia de Custódia, emitida por órgão independente, com credibilidade pública;
2	Investimentos em empreendimento associado à exploração de vegetação primária ou de espécies nativas, desde que haja Plano de Manejo Florestal Sustentável, aprovado pelo órgão ambiental competente, e Certificação Florestal, emitida por órgão independente, com credibilidade pública;
3	Investimentos relativos a florestas plantadas, realizados pelo cliente ou por produtores rurais integrados vinculados a seus programas de investimentos florestais, desde que haja licenciamento ambiental concedido pelo órgão competente;
4	Gastos e tratamentos culturais no setor agropecuário até a primeira colheita/safra, desde que associados a investimentos fixos destinados à implantação de culturas;
5	Bovinopecuária de corte, desde que destinada à produção de bezerras;
6	Aquisição de matrizes e reprodutores, desde que vinculada a projeto de investimento;
7	Formação ou reforma de pastos, desde que vinculadas a projeto de investimento.

Fonte: BNDES / Elaborado pela Scot Consultoria

regularidade das propriedades rurais envolvidas, conforme informações dos órgãos oficiais, bem como observar os critérios estabelecidos para os fornecedores diretos;

- A partir de janeiro de 2016, abater apenas animais que tenham sido rastreados de forma ininterrupta, desde o nascimento;
- Cumprir o cronograma e as metas estabelecidos no plano de implementação ambiental;
- Atualizar a lista de fornecedores cadastrados, excluindo aqueles que não cumpram os requisitos já indicados, mantê-la disponível e fornecê-la ao BNDES quando solicitada;
- Durante a vigência do contrato, apresentar relatórios semestrais de auditoria independente, segundo critérios aceitos pelo BNDES, com

avaliação do cumprimento de todas as exigências já mencionadas.

Perspectivas

Espera-se que o governo consiga no Plano Agrícola e Pecuário 2011/12 estruturar uma linha de financiamento funcional para atender à pecuária.

Isso inclui não só a questão da recuperação de áreas degradadas, um dos principais motivos do atual programa ABC, mas também atender a outros itens de investimentos, como aquisição e retenção de matrizes, com a finalidade de ampliar a capacidade produtiva. ■

1. Zootecnista: gm@scotconsultoria.com.br
2. Zootecnista: rafael@scotconsultoria.com.br
3. Engenheiro agrônomo: alcides.torres@scotconsultoria.com.br
4. Engenheiro agrônomo: ms@scotconsultoria.com.br

Taxas de juros para as principais linhas de financiamento do PAP 2010/2011

Programas do BNDES	Taxa de juros (ao ano)
Moderfrota	9,5%
Moderagro	6,75%
Moderinfra	6,75%
Produsa	5,75% a 6,75%
Propflora	6,75%
Prodecoop	6,75%
Moderfrota – Pronamp Rural	7,5%
Procap – Agro	6,75%
Programa ABC	5,5%

Fonte: BNDES / Elaborado pela Scot Consultoria

O cooperativismo acredita nas pessoas.
E a OCB acredita no cooperativismo.



O cooperativismo gera renda e qualidade de vida para mais de 30 milhões de brasileiros. E para atuar em defesa de um movimento presente na vida de um número tão grande de pessoas, existe a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade oficialmente reconhecida como representante e promotora do cooperativismo no país.

A instituição trabalha nas esferas política e econômica para criar oportunidades, no Brasil e no exterior, para as cooperativas. Assim, as cooperativas podem criar mais e mais oportunidades para cada vez mais e mais pessoas.



Organização das Cooperativas Brasileiras

www.brasilcooperativo.coop.br

Sustentabilidade: o desafio de equilibrar aspectos sociais, ambientais e econômicos



RELATÓRIO INTEGRADO, A BUSCA PELA CONTABILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

José Rezende¹
Carlos Rossin²

Estamos entrando em uma nova era no que se refere ao posicionamento das empresas com relação à sustentabilidade. A visão cartesiana que, por dezenas, centenas e milhares de anos, preponderou na forma objetiva de sintetizar e modelar as relações entre a economia, a sociedade e o meio ambiente demonstra ser limitada, pois suas conclusões e teorias pouco garantem a manutenção de nossas riquezas naturais e, conseqüentemente, a sustentabilidade de nosso planeta. Vejamos o PIB, ou Produto Interno Bruto, um dos principais indicadores do crescimento de um país. A equação do PIB não incorpora as relações dos impactos ambientais e dos recursos naturais com as de produção. Por exemplo, no caso de um desastre ambiental, o PIB, em vez de baixar, aumenta, pois a remediação ambiental gera diversas atividades econômicas que o PIB interpreta como positivas, ou seja, poluímos e crescemos.

O mundo é um grande sistema, composto de subsistemas ou ecossistemas que têm relações sistêmicas e ciclos naturais, os quais, por sua vez, podem ser considerados serviços prestados para a sociedade sem ônus algum. Por exemplo, as florestas têm um papel fundamental na preservação de nossos recursos hídricos, garantindo a proteção do solo necessária para absorver as chuvas e, assim, manter a regeneração de nossas bacias hidrográficas. Apesar de recebermos esse serviço, nós não o contabilizamos em nossas operações do dia a dia ou mesmo nas empresas. Muitas instituições têm demonstrado grande preocupação com o meio ambiente e vêm demonstrando suas ações por meio de seus relatórios. Entre os vários relatórios de sustentabilidade existentes, o Global Reporting Initiative (GRI) é o mais utilizado. O propósito desses relatórios é, por intermédio de seus indicadores, contabilizar os impactos positivos e negativos promovidos pelas operações de uma empresa. No entanto, podemos afirmar que estamos promovendo uma visão sistêmica e, portanto, no caminho correto da contabilização?

Apesar dos esforços das empresas em retratar seus impactos, pouco é apresentado sobre suas relações com o meio em que interagem, e talvez este seja o ponto de ruptura entre um relatório de sustentabilidade e um novo modelo de relato, conhecido como relatório integrado. Este último se refere à representação integrada do desempenho da empresa em ambos os resultados, financeiros e não financeiros. Contudo, existem dois grandes desafios a serem superados no processo de integração: identificar e mapear as relações do processo produtivo, levando em consideração o ciclo de vida do produto e os ecossistemas com os quais este interage, determinando, assim, os temas materiais e a capacidade de tangibilizar as externalidades, ou seja, valori-

zar os diversos capitais que uma empresa gera, utiliza e depois retorna ao meio ambiente.

A definição dos temas relevantes ou materiais é o ponto de partida para definir os aspectos que devem ser integrados. De acordo com o GRI, a materialidade é o limiar a partir do qual um tema ou indicador se torna suficientemente expressivo para ser relatado. São os temas que refletem os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização que podem influenciar de forma substancial as avaliações e decisões de suas partes interessadas ou *stakeholders*. Materialidade, em outras palavras, é o grau de relevância na determinação dos temas que podem interferir na sustentabilidade do setor ou da empresa.

Um dos maiores impactos ambientais provenientes da indústria cimenteira, por exemplo, é a emissão de gases de efeito estufa durante seu processo produtivo; portanto, as iniciativas para reduzir emissões apresentam grande relevância ou materialidade para o setor e devem, assim, ser um tema focal para essas empresas. Outro exemplo é o tema água para o setor de mineração. Cerca de 40% das empresas de mineração estão localizadas em regiões com estresse hídrico. O processo de mineração consome muita água, e, portanto, a escassez desse recurso natural aumentará o custo de produção. Muitas mineradoras estão investindo na preservação de mananciais mediante a recomposição das matas para garantir a preservação desse recurso tão precioso e fundamental que é a água.

A produção agrícola também tem significativo impacto, pois em grande parte é monocultura – uma vasta área é desenvolvida pelo plantio e cultivo de uma única espécie, como é o caso da produção de cana-de-açúcar e soja. Existem grandes movimentos ambientalistas que banem a monocultura em grande escala.

Organizações internacionais cada vez mais pressionam esses setores para defender interesses ambientais, como a preservação da biodiversidade e o empobrecimento do solo, ou mesmo outros interesses como barreiras comerciais voltadas para defender seus produtores locais. Para cada setor industrial existem temas socioambientais relevantes, pois as relações produtivas e os impactos são distintos para cada um. A identificação dos ecossistemas com os quais as empresas interagem é fundamental para determinar sua materialidade e garantir a adoção de práticas que preservem esses sistemas.

Outro grande desafio para a adoção de um relatório integrado é a capacidade de tangibilizar ou contabilizar as questões intangíveis que afetam as empresas, bem como de contabilizar os impactos ambientais, o capital intelectual, a marca e outras

atribuições essenciais para a valorização das companhias. No entanto, é preciso também considerar que muitas das questões de sustentabilidade dispõem de um ciclo de retorno de longo prazo, e isso dificulta ainda mais sua valorização. De acordo com Ernst Ligteringen, do GRI, “as empresas continuam com uma dificuldade de visualizar o longo prazo, não apenas para as questões socioambientais, mas também para as próprias questões operacionais do negócio”.

Primeiramente, é preciso determinar a unidade de medida a ser utilizada, pois, para permitir a comparabilidade, é preciso ter uma base única de medida, um denominador comum. Poderíamos então monetarizar tudo, ou seja, colocar uma cifra econômica para esses capitais? Seria um exercício extremamente complicado, porém, muitos especialistas afirmam que esta seria a única maneira de equacionar a complexa conta do equilíbrio da sustentabilidade. No entanto, não podemos esquecer que, na valorização dos ecossistemas, precisamos considerar o fato de que estes não são substituíveis, são sistemas finitos e indivisíveis. Dessa forma, metas e intervenções do Estado são indispensáveis na determinação dos limites de exploração que garantem

a regeneração desses sistemas. Estruturas de Cap&Trade têm sido muito discutidas entre governos, como é o caso das mudanças climáticas em que países buscam metas ou limites para as emissões. Cada ecossistema poderia ter seu limite de exploração predeterminado e cotas distribuídas entre as empresas e a sociedade que utilizam seus serviços.

Cada vez mais, as informações socioambientais tornam-se relevantes para a avaliação do desempenho econômico-financeiro das empresas. Portanto, a estruturação de um sistema que possibilite a captação e divulgação dessas informações se torna algo indispensável nas empresas. Esse sistema deve integrar as informações não financeiras com as financeiras e demonstrar o comprometimento e a capacidade da empresa em atender aos desafios presentes e futuros no âmbito socioambiental, tendo a materialidade ou relevância dos temas abordados em seus investimentos como o ponto crucial no desenvolvimento das ações e, posteriormente, da comunicação.

1. Sócio da PwC-Brasil e líder de agribusiness

2. Diretor da PwC-Brasil e especialista em Sustentabilidade

PLANEJAR A SUCESSÃO PARA A PERENIDADE DA EMPRESA

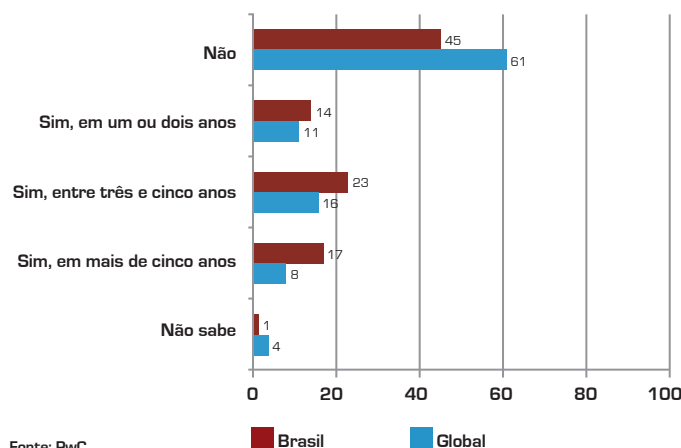
Ana Malvestio e Ricardo Varrichio*

Muito tem sido discutido sobre os benefícios da aplicação dos princípios da sustentabilidade para as empresas, especialmente nas dimensões da proteção, da gestão e do crescimento dos negócios. Contudo, em última análise, o maior benefício da adoção de sustentabilidade é trazer para as empresas o sucesso em longo prazo e, enfim, sua perenidade¹.

É exatamente nesse ponto que entra o planejamento de sucessão nas empresas, especialmente as familiares, as quais ainda dominam totalmente o cenário do agronegócio brasileiro. O tema ganha ainda maior relevância quando se constata que mais da metade das empresas familiares brasileiras admitem a possibilidade de modificação em seu quadro societário nos próximos cinco anos, conforme pesquisa realizada em 2010 pela PwC.

A sucessão em empresas familiares é crucial para aumentar a expectativa de vida de uma empresa e não tem por finalidade apenas a transferência da propriedade e do poder, mas, em última análise, também a modificação da cultura organizacional e a otimização dos processos e da saúde financeira da organização. É o que tem ocorrido nos movimentos de consolidação de empresas em diversos setores econômicos em que a recepção de parceiros estratégicos ou mesmo a aquisição parcial do legado por empresas multinacionais alteram substancialmente a cultura dos indivíduos remanescentes, criando novos padrões de comportamento e melhora no desempenho econômico da sociedade. Nos casos em que a sucessão ocorre pela morte dos

Você prevê mudanças na estrutura societária de sua empresa nos próximos cinco anos?



fundadores ou da segunda geração, a preparação para o inevitável é o grande diferenciador entre as empresas que passarão por esse momento sem grandes prejuízos e aquelas que enfrentarão verdadeiros terremotos em seus negócios.

Um processo de sucessão deve ter como pilares a implantação de um sistema de governança corporativa, alinhada às diretrizes estratégicas e à eficiente gestão empresarial, o que garantirá a integridade do processo decisório que tem por fim a perenidade

dos negócios. Os papéis dos indivíduos dessa relação devem ser muito bem definidos e conter os limites de sua alçada, de sorte que a estrutura de poder originada na governança não seja afetada negativamente, tampouco seja utilizada em benefício do próprio indivíduo em detrimento dos interesses da sociedade.

São comuns os exemplos em que conflitos familiares, às vezes de dimensões bíblicas, assumem o controle da empresa em face do conflito de interesses decorrente da confusão de papéis entre acionista, conselheiro, executivo e outros interessados nessa complexa relação. Os riscos também surgem em momentos de crises econômicas em que a geração de riqueza produzida deixa de ser suficiente para a manutenção dos desejos dos acionistas, quer seja no âmbito empresarial para financiar a expansão dos negócios, quer seja no âmbito pessoal na manutenção de seu sustento.

A sucessão precisa ter regras claras e transparentes, definidas em instrumentos jurídicos próprios dos quais é imprescindível que os acionistas e administradores participem ativamente da sua elaboração em conjunto com os assessores jurídicos, a fim de que sejam capturadas e difundidas a visão dos envolvidos e as peculiaridades do negócio sob a ótica dos valores da família e dos objetivos estratégicos da empresa.

Destaca-se entre os instrumentos mais utilizados para o planejamento da sucessão, a sucessão *inter vivos*, com doações para filhos/netos como antecipação da legítima, com cláusulas de usufruto, inalienabilidade, incomunicabilidade; acordos de acionistas; estatutos/contratos sociais atualizados e alinhados às melhores práticas de governança corporativa, além de outros, valendo-se destacar pela sua relevância a instituição de política de meritocracia e treinamento de sucessores, tudo acompanhado e direcionado pelo Conselho de Administração e, em alguns casos, pelo Conselho de Família no âmbito das *family offices*.

Todo processo de transferência patrimonial, *inter vivos* ou *causa mortis*, está rodeado de custos tributários que em muitos casos se apresentam bastante relevantes em face do patrimônio envolvido. Por esse motivo, o planejamento tributário também deve ser encarado como um elemento importante da boa estruturação do plano de sucessão, uma vez que o delineamento de regras específicas permite o desenvolvimento de políticas tributárias que impactam em menores ônus fiscais às famílias e à empresa.

A sucessão definida cria valor para a sociedade e está dentre as metas que devem ser perseguidas para uma empresa ser sustentável. Por isso, a reflexão quanto ao futuro das empresas deve ser detidamente conduzida pelos sócios e administradores visando estruturar a forma pela qual será garantida a perenidade do legado que com sucesso foi construído.

GESTÃO FINANCEIRA: UM ELO IMPORTANTE NA CORRENTE

Márcio Magalhães*

Do final dos anos 80 até nossos dias, o Brasil cumpriu um admirável caminho no segmento do agronegócio, passando de candidato a “celeiro do mundo” à condição de potência agrícola mundial. Essa transformação é resultado da combinação de características naturais favoráveis com a determinação daqueles que militam nesse setor, mas, sobretudo, do produtor rural. A determinação foi o indutor de pesados investimentos na renovação de equipamentos, em pesquisa e no desenvolvimento de novas técnicas de manejo, o que fez com que a produtividade aumentasse dramaticamente.

Mas embora as condições naturais de nosso país e os investimentos favoreçam o setor, o produtor rural enfrenta grandes desafios ao longo de cada safra, a começar pelo alto custo de insumos, principalmente de fertilizantes, e pela dificuldade de acesso ao crédito, particularmente para o custeio. Os riscos de estiagens, temporais e de pragas não são amenizados na escala necessária pelo seguro rural; o custo da logística por pouco não inviabiliza o setor; barreiras erguidas por países consumidores diluem a competitividade de nossos produtos e, adicione-se a isso, a valorização do real em anos recentes. Não bastando essa miríade de adversidades, ainda há outra ameaça a rondar o setor: o baixo nível de tecnologia de gestão financeira aplicada pelo produtor rural na condução do seu negócio. Essa carência não favorece a maximização da rentabilidade, tão importante num setor em que os preços são ditados pelo mercado internacional e no qual as margens são, invariavelmente, achatadas.

Para atuar num setor que enfrenta tantas adversidades e para administrar tal variedade de riscos, o produtor precisa profissionalizar sua gestão adotando estruturadamente práticas simples, porém, consagradas, que lhe permitam ter o controle de suas operações “nas mãos” e não mais “na cabeça”. Preços *commoditizados*, a valorização do real e o custo do crédito e também dos insumos são exemplos de variáveis que precisam ser monitoradas de forma consistente assim como seus efeitos sobre os resultados.

O ponto de partida para uma gestão financeira robusta é registrar e monitorar, por meio de modelos e metodologias, práticas e processos que já são adotados de forma incipiente pelo produtor. Deve-se começar pelo orçamento, que irá traduzir quantitativamente os objetivos pretendidos no período e também as premissas quanto ao comportamento de variáveis relevantes para o negócio, tais como a cotação do dólar, o preço do produto, o custo de insumos, o custo de mão de obra, o custo do frete etc. A área plantada, a estimativa de produtividade e o

*São, respectivamente, sócia e gerente sênior da PwC-Brasil e especialistas em gestão tributária e societária de empresas do Agronegócio

1. Saviz, Andrew W. The triple bottom line: how today's best-run companies are achieving economic, social, and environmental success – and how you can too / Andrew W. savitz and Karl Weber. Copyright 2006 by John Wiley & Sons, Inc. Pág. 33.

preço de venda estimado, projetado sobre premissas futuras e não somente o da última safra, compõem o orçamento de receita. O orçamento de investimento apresenta os recursos a serem aplicados em maquinário e/ou em infraestrutura, como silos. Já os custos de produção devem ser expressos no orçamento de custeio. Dessa forma, o orçamento deve ser elaborado de acordo com o plano de contas da entidade e suportado pelo acompanhamento da evolução histórica dos custos para que o orçamento seguinte seja mais fidedigno e lógico.

Logo, para se viabilizar essa estrutura de gestão, duas iniciativas são básicas:

- I. a definição de um plano de contas que, permitindo o registro fiel das operações, atenda às necessidades de informação tanto do produtor quanto de agentes externos; e
- II. a implementação de um modelo de apuração de custos que permita, minimamente, o monitoramento dos custos fixos e variáveis de cada cultura.

A cobertura de déficit de caixa não pode ser feita de forma impestiva, sob o risco de elevar o custo de captação ou realizar ativos a preços pouco vantajosos. Adicionalmente, os reflexos das oscilações de preços das *commodities* e do dólar podem gerar falta de liquidez ou mesmo comprometer os resultados de toda uma safra. Então, sob o ponto de vista estritamente financeiro, a gestão da liquidez e de riscos de volatilidade de preços é mandatória. Para tanto, faz-se necessária a implantação de um fluxo de caixa que permita a identificação *a priori* da necessidade de recursos para cobrir o pagamento de compromissos e que permita também a simulação do efeito das oscilações de variáveis financeiras no caixa. Deve-se também avaliar a necessidade de adotar um instrumento de monitoramento de riscos de mercado para se avaliar perdas com a volatilidade de preços.

Ao leitor, essas considerações podem parecer primárias, e é bem verdade que há diferentes estágios de evolução no que diz

respeito à prática de gestão financeira nas propriedades rurais. Muitas delas já adotam ferramentas de gestão razoavelmente estruturadas, mas, de modo geral, este é um ponto fraco do setor.

Por que, afinal, o produtor rural haveria de investir em tecnologia de gestão? Porque, primeiro, somente com dados registrados e sistematizados, ele consegue as informações necessárias para a tomada de decisão. Segundo: é imprescindível conhecer as margens de contribuição de cada produto para fazer a melhor opção do mix de culturas no planejamento da safra. Terceiro: é fundamental dispor de mecanismos que suportem a decisão de quando e de quanto vender para fazer frente às necessidades de caixa ou para aproveitar os melhores preços. Quarto: faz-se mister conhecer antecipadamente a necessidade de capital de giro. Quinto: é necessário conhecer o custo de carregamento dos estoques e considerá-lo como variável na decisão de venda. Sexto: é imperativo dispor de ferramenta que permita a simulação de cenários e seus efeitos sobre as disponibilidades de caixa e sobre os resultados. Sétimo: é mandatório dispor de mecanismos que apontem o caminho da contínua melhoria da eficiência operacional. Enfim, porque o produtor rural precisa estar preparado para enfrentar flutuações de preços de *commodities*, flutuações das taxas de câmbio e restrições de crédito.

O agronegócio implica na ideia de cadeia produtiva, com seus elos entrelaçados e interdependentes. Nunca é demais lembrar que uma corrente é tão forte quanto seu elo mais fraco. A produção agropecuária se aproxima de um estágio em que detalhes serão decisivos para aumentar a competitividade e maximizar lucros. Por isso, o tema da gestão financeira deve estar na ordem do dia dos produtores rurais, mas também das grandes empresas do setor que deles dependem como fornecedores.

*Diretor da PwC-Brasil e especialista na área financeira



REDD NO BRASIL: DEVEMOS E PODEMOS ASSUMIR ESTE DESAFIO

Leonardo Costa e Heloísa Garcia*

O desmatamento é um dos tópicos de maior interesse dos ambientalistas de diferentes gerações. A familiaridade do Brasil com este tema veio naturalmente, paralelamente à crescente preocupação global com a preservação da Floresta Amazônica. Nos últimos anos, campanhas contra a degradação florestal ganharam importância também no âmbito das negociações internacionais sobre mudanças climáticas – hoje o desmatamento de florestas tropicais é considerado o responsável por cerca de 20% das emissões anuais de gases de efeito estufa.

Desde a concepção de projetos de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), na COP13 (Conferência das Partes), em Bali, diferentes atores de variados setores da economia têm dado maior atenção aos recursos florestais e às possibilidades de geração de novos negócios neste setor, com abordagens que fogem ao tradicional *Business as Usual*. Existem grandes expectativas para o Brasil, especialmente desde seu comprometimento com a redução de 70% das taxas de desmatamento na Amazônia, apresentadas pela Política

Nacional de Mudanças Climáticas. O sucesso do País na implementação do REDD, entretanto, ainda depende de uma postura mais consistente dos setores públicos e privados quanto a assumir o pioneirismo nesta questão.

Conceitualmente, o REDD é baseado na criação de um incentivo financeiro para ações que evitem as emissões de carbono por desmatamento ou degradação de áreas florestais, além de promover a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento social em áreas onde se constata um aumento progressivo do desmatamento por causas antrópicas. Mas embora pareça simples fomentar projetos de REDD em território nacional, existem questões polêmicas envolvidas com este tipo de atividade que interferem na consolidação de um mercado nacional, ou mesmo internacional, para a comercialização de créditos de carbono oriundos de REDD.

Dentre as principais barreiras institucionais e legais relacionadas à implementação de um projeto de desmatamento evitado, podem-se destacar os receios com relação à titularidade de terras e dos créditos de carbono, conflitos sobre o uso de terras para produção de biocombustíveis e outros produtos agroindustriais e questões legais que envolvem reservas e áreas de proteção permanente, especialmente com a revisão do Código Florestal Brasileiro. Aliados às questões institucionais, aspectos técnicos do projeto, como a garantia da permanência do estoque de carbono, vazamento relacionado ao aumento do desmatamento em locais vizinhos ao projeto e a indisponibilidade de dados históricos sobre a retirada vegetal nas áreas envolvidas, são pontos essenciais quando falamos sobre a viabilização de um mercado internacional de créditos de REDD.

Com tantas barreiras a serem superadas, existe a necessidade de grandes investimentos neste tipo de projeto. Atualmente, duas opções para fomentação do REDD no Brasil vêm sendo amadurecidas:

- Mecanismos de financiamento internacionais, que distribuem recursos para fundos nacionais, como é o caso do Fundo Amazônia, atualmente administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem a missão de arrecadar 21 bilhões de dólares em 13 anos; e
- Geração de receita a partir da venda no mercado internacional dos créditos de carbono decorrentes da implementação de projetos de REDD. O melhor exemplo desta prática é a parceria firmada entre os governos dos Estados do Acre (Brasil), de Chiapas (México) e da Califórnia (Estados Unidos) para a consolidação de diretrizes para implementação



do REDD e comercialização dos créditos dentro do regime voluntário de redução de emissões adotado pelo Estado americano.

O estudo *National REDD+ funding frameworks and achieving REDD+ readiness - findings from consultation*, publicado pela PwC em outubro de 2010, faz algumas sugestões para aumentar o número de projetos de REDD no Brasil listadas abaixo:

- Oferecer a possibilidade do estabelecimento de fundos ambientais em nível estadual, que permitirão o financiamento de projetos de REDD para diversas pequenas áreas;
- Apoio ao desenvolvimento de alternativas econômicas para as comunidades da floresta. Envolver a comunidade local na gestão dos projetos de REDD e promover parcerias entre os desenvolvedores dos projetos e as organizações da sociedade civil em áreas de disputa pelo título de suas terras são essenciais para que os projetos de REDD tornem-se, de fato, mais atrativos do que outras práticas tradicionais que incentivam o desmatamento; e
- Iniciar um processo de planejamento colaborativo entre políticos federais e estaduais para identificar eventuais conflitos com os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, também, oportunidades existentes; integração dos objetivos do Fundo Amazônia com o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento.

Não há dúvidas de que os projetos de REDD representam uma enorme oportunidade para o Brasil, tanto para atingirmos os objetivos de redução do desmatamento quanto para obtermos recursos financeiros que ajudarão na gestão sustentável das áreas florestais envolvidas, permitindo que as comunidades locais obtenham renda e contribuam para manter a floresta em pé. Por outro lado, é importante que exista uma sinalização do governo que demonstre apoio e defina regras claras para um mercado de créditos de carbono decorrentes de projetos de REDD, estimulando o investimento privado em projetos de inovação tecnológica visando à redução de emissões.

As aparentes facilidades para que o Brasil ingresse neste mercado promissor parecem fazer com que os atores deixem de tomar decisões pioneiras. Cada vez mais, fica a impressão de que estamos aguardando que o mundo aprove uma regulamentação, crie um novo mercado e nos dê um sinal positivo para que valorizemos os projetos focados na preservação e criação de valor de nossos recursos florestais. Hoje, é possível notar que as nações asiáticas, como a Indonésia, a China e o Vietnã, estão tomando a frente no desenvolvimento dos projetos, criando as próprias diretrizes, e fazendo o REDD acontecer. Para uma nação tão rica em recursos naturais, tão criativa e tão original como gostamos de caracterizar o Brasil, faltam postura e atitudes inovadoras, um primeiro passo que pode fazer toda a diferença para o futuro não só da Amazônia ou do Cerrado, mas para a nova economia de baixo carbono para a qual o mundo está se preparando para consolidar.

ASSOCIAÇÕES SETORIAIS GARANTEM COMPETITIVIDADE

Marco Antonio Conejero*

Ao falar de sustentabilidade, dois extremos vêm à mente. De um lado, está o papel intervencionista do governo, que, por meio de leis, limita ou proíbe práticas que afetam o bem-estar social e o equilíbrio ambiental. Do outro, a iniciativa privada, que, com esforços voluntários, pode elevar o padrão de concorrência em um determinado setor. O meio-termo encontra-se um pouco esquecido, que são as chamadas associações de interesse privado.

O “padrão de concorrência” constitui as regras do jogo competitivo. É o conjunto de variáveis, tais como preço, marca, atributos de qualidade, padrão de produção, inovação contínua em produto ou em processo, reputação de confiança, assim como a importância relativa dessas variáveis.

Os padrões de concorrência se alteram no tempo, como respostas a mudanças institucionais, tecnológicas, no ambiente competitivo, e nas próprias estratégias individuais das empresas que buscam criar diferenças nas suas ofertas e, quando bem-sucedidas, um desempenho superior. O debate em torno da sustentabilidade é entendido aqui como uma elevação do padrão de concorrência para atender a novos critérios sócio-ambientais demandados.

Mas o que vem a ser uma “associação de interesse privado”? São organizações constituídas para atender a interesses comuns dos seus associados com a provisão de benefícios coletivos. Esse tipo de associação serve de interlocutora com o governo, com outras organizações e a sociedade em geral. Passam a representar uma instância para dirimir disputas entre agentes, mediando conflitos, mas também monitoram as ações de seus membros para conformidade com padrões e normas.

O papel que gostaríamos de destacar é o de coordenação setorial, que as entidades coletivas sérias exercem. Coordenação essa entendida como um guia para que as empresas associadas, e mesmo aquelas que são “caronas” no processo, saibam como melhorar processos, utilizar tecnologias, capacitar pessoas, e assim enfrentar o desafio da sustentabilidade.

Com a valorização do consumidor por apelos sócio-ambientais e a tendência de desenvolvimento de processos sustentáveis de produção, a proposta de políticas “privadas” deve incentivar esse posicionamento. É papel das organizações corporativistas fomentar, facilitar e destacar movimentos que vão nesta linha. Na linha de atração de associados, a entrega dos benefícios coletivos deve incluir critérios e mecanismos para a busca de sustentabilidade empresarial.

*São supervisores da PwC-Brasil e especialistas em Sustentabilidade

Principais fatores de impacto na sustentabilidade do agronegócio

Pilar	Fatores de impacto na sustentabilidade	Estratégias de Mitigação
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão da fronteira agrícola • Uso do solo • Resíduos • Desmatamento • Queimadas • Uso da água • Monocultura 	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentação Indicativa e Regulação Propositiva no Setor. • Certificação sócio-ambiental consensual e crível. • Capacitação e adoção de boas práticas agrícolas (BPAs).
Humano	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho escravo • Trabalho infantil • Condições de trabalho • Migração da mão de obra • Mecanização • Expulsão do pequeno produtor 	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentação Indicativa e Regulação Propositiva no Setor. • Certificação sócio-ambiental consensual e crível. • Qualificação e realocação profissional.
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Imagem do latifundiário • Concentração de terra • Cartéis • Falta de produtos • Flutuação de preços • Produtividade • Competição alimentos x bioenergia 	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentação Indicativa e Regulação Propositiva no Setor. • Certificação sócio-ambiental consensual e crível. • Novas Tecnologias Limpas.

Fonte: PwC Agribusiness Research and Knowledge Center.

Portanto, além de coordenar as cadeias de valor do agronegócio para sua competitividade, os órgãos de representação passaram a ser cobrados por sua iniciativa e liderança na área de sustentabilidade.

Mas como isso ocorre na prática? Antes disso, apresentamos, no quadro acima, os principais fatores de impacto na sustentabilidade do agronegócio bem como as estratégias para anular essas variáveis. Para cada um dos pilares da sustentabilidade (ambiental, humano e econômico), existem estratégias adequadas, que devem ser executadas por governo, iniciativa privada e associações setoriais.

Falar de regulamentação indicativa e regulação propositiva é falar de governo, moderno o suficiente para não simplesmente punir práticas ilegais, mas sobretudo incentivar práticas sustentáveis. Vide o caso Protocolo Agroambiental, um acordo voluntário entre governo do Estado de São Paulo, União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) e Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (Orplana), para antecipar a legislação e pôr fim às queimadas de cana. Agora, para as demais estratégias citadas, as empresas e as associações do agronegócio devem dar o exemplo.

Não são apenas as agremiações da agroindústria que merecem o nosso destaque, mas também há inúmeras associações de produtores rurais que têm a sua importância na capacitação do

homem do campo para fertilizar o solo, renovar o plantio, controlar o uso de agroquímicos, mecanizar a lavoura, zelar pelo bem-estar dos seus empregados e controlar os seus custos.

Estes novos papéis assumidos implicam, por vezes, em mudanças organizacionais importantes nas associações para lidar com esta nova complexidade de funções. Qual seja, o movimento da sustentabilidade trouxe novamente a necessidade de replanejamento das associações de representação com desenvolvimento de novas competências.

Além disso, a realidade da competição também chegou aos órgãos de representação das organizações agroindustriais. A escassez de recursos financeiros – e tempo dos executivos – fez com que as empresas também selecionassem aquelas associações de interesse privado que melhor representam seus interesses, com benefícios efetivos para justificar sua participação.

De qualquer forma, as novas necessidades dadas pelo novo ambiente institucional e competitivo passarão a moldar o perfil das organizações de interesse privado, passando em muitos casos pela redefinição de seu plano estratégico. Estas organizações representativas sobreviverão em função da sua capacidade de melhor representar seu grupo de associados e de encontrar respostas para as suas demandas de curto e, principalmente, de longo prazo.

*Gerente da PwC-Brasil especialista em Agronegócio

PRODUTORES E AGROINDÚSTRIA DISCUTEM MODELO DE INTEGRAÇÃO

O agronegócio, um dos mais significativos setores da economia brasileira, representou 22,4% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional em 2010 e atingiu o recorde de exportações, alcançando o valor US\$ 76,4 bilhões no mesmo ano¹. No entanto, a despeito da pujança do setor, as relações entre produtores rurais e a agroindústria ainda não têm um marco legal específico, e o Projeto de Lei nº 8.023, de 2010, que estabelece regras relativas aos contratos de integração, ainda carece de amadurecimento no mercado.

Uma das preocupações setoriais é que a lei, ao invés de ajustar os termos dos contratos de integração, promova a desintegração do setor. O argumento é do diretor-executivo da Frimesa, Elias José Zydek, que acrescenta: “se as propostas legislativas inserirem princípios trabalhistas no setor, as agroindústrias poderão até desistir dos produtores e desenvolver suas produções próprias com grandes terminações, e os produtores terão de se associar em cooperativas para concorrer com essas indústrias”, prevê. Zydek ressalta que a Frimesa está fora da legislação por seguir o modelo cooperativo no qual o produtor é dono da produção agroindustrial, mas analisa o contexto e resume: “Eles querem que o produtor seja um funcionário, com garantia de lucro e vínculo empregatício, e isso não vai dar certo”.

Em concordância com Zydek, o diretor-presidente da cooperativa agroindustrial LAR, Irineo da Costa Rodrigues, questiona a eficácia da legislação proposta e destaca: “tenho dúvidas, porque [o projeto de lei] está sendo criado no meio político, que, na maioria das vezes, desconhece a natureza da gestão empresarial e pensa como sindicalista, valorizando muito os direitos e pouco os méritos”. Ele acredita que uma lei que normatize as relações pode ser bem-vinda desde que privilegie a eficiência e não proteja quem não oferece qualidade. “Quem é mais eficiente, tem de ganhar mais; mas se um aviário fica abandonado, a agroindústria não pode suportar esse prejuízo”, argumenta.

O modelo de agronegócio, que atinge principalmente os contratos envolvendo aves e suínos, foi desenvolvido no Brasil e é avaliado pelo mercado como extremamente

competitivo e vitorioso. Para Rodrigues, foi esse modelo que levou o País a ser um dos maiores exportadores de produtos alimentícios do mundo, envolvendo os pequenos produtores e oferecendo a eles bases tecnológicas para o desenvolvimento de suas produções. “Houve sinergia”, completa.

O executivo admite, entretanto, que as relações do setor são bastante complexas, mas insiste que há necessidade de se

discutir melhor as normas para que elas não transformem uma relação saudável em conflituosa. “Não sou contra a lei, mas estamos preocupados sobre como ela será”, pondera.

Na avaliação do presidente da Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), Carlos Alberto Paulino da Costa, uma lei que regule os contratos de integração é positiva para evitar abusos. “Hoje, como não existe lei, e, sim, acordos entre as partes, há regiões em que as tabelas de produtividade fogem ao bom senso e prejudicam o integrado”, afirma. Ele reconhece que esse comportamento varia de região para região, mas advoga a criação de uma lei para proteger o produtor “que é a parte mais fraca da relação”.

A crítica que faz a algumas práticas envolvendo produtores e a agroindústria, entretanto, não se estende ao modelo de integração, que Costa defende e considera positivo para todos os agentes do agronegócio. “Para a indústria, a integração é essencial, pois permite planejar o seu recebimento de produtos em função da quantidade, da qualidade e da época da entrega dos produtores; para o integrado, a entrega da sua produção fica garantida, assim como o recebimento de insumos e de assistência técnica, e com isso ele não vai ter um grande ganho, mas também não tem riscos”, analisa.

A percepção da eficácia do modelo agroindustrial brasileiro é compartilhada, também, pelo assessor de relações institucionais da cooperativa Itambé, Ricardo Cotta Ferreira, que destaca o papel fundamental que a agroindústria assume na coordenação da cadeia produtiva agropecuária. “Em todas as cadeias de sucesso do agronegócio brasileiro, a agroindústria foi atuante na coordenação, induzindo o integrado a produzir nas condições



Carlos Alberto Paulino da Costa, presidente da Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé)



Irineo da Costa Rodrigues, diretor-presidente da cooperativa agroindustrial LAR

que o mercado demanda”, observa. Ele questiona, por outro lado, a pouca competitividade entre as agroindústrias e sugere: “o que precisa haver para proteger o produtor nessa relação é o incentivo à concorrência entre as agroindústrias, e isto, sim, se faz com leis claras e rígidas e uma boa regulamentação”.

Em relação à legislação em tramitação no Congresso, Ferreira acredita que precisa ser avaliada



Ricardo Cotta Ferreira, assessor de relações institucionais da cooperativa Itambé

com ponderação, uma vez que, em princípio, é favorável a uma norma que traga maior transparência às relações contratuais entre produtor e indústria, pois isso contribui para a redução nos custos das transações. “Acredito que este projeto [PL 8.023] pretende ir neste sentido”, pontua. Ele destaca, porém, que é importante assegurar que não haja interferência política no modelo dos acordos.

“Sempre foi muito mais fácil para o produtor criticar a indústria – alegando que ela pratica preços depreciados para ganhar às suas custas – que implementar um processo de gestão financeira em sua atividade rural; no entanto, as agroindústrias precisam dos produtores, e é a boa perspectiva de remuneração que vai incentivá-los a ampliarem a produção, o que é essencial também para o crescimento da agroindústria”, argumenta e insiste: “o que precisa ser estimulado é a competição entre as agroindústrias”.

Entre o receio de excessiva influência política na legislação em elaboração e a confiança de que o modelo agroindustrial permitiu o êxito do setor no Brasil, o mercado evolui para o amadurecimento das relações entre produtores e agroindústria, visando à manutenção da excelência do agronegócio brasileiro.

DA INTEGRAÇÃO VERTICAL AO COOPERATIVISMO

Embora o PL nº 8.023 enfoque os contratos de integração vertical, este não é o único modelo de acordo agroindustrial existente no Brasil.

No chamado contrato de integração vertical, o integrado oferece sua força de trabalho, e a indústria fornece todos os insumos e a assistência técnica necessários. No caso da indústria aviária, por exemplo, o frango é da indústria e não do produtor, embora este tenha a incumbência de fazer o animal se desenvolver segundo as normas do contrato e com a qualidade exigida pela indústria. Nesses casos, o produtor não tem risco algum e recebe um valor predeterminado por unidade ou por peso.

Outro modelo, também chamado de integração, é aquele em que o produtor, embora integrado a uma agroindústria, assume os riscos da produção e vende sua criação ou colheita a preço de mercado. Nesses casos, se o preço do frango cair e o do milho subir, o prejuízo é do avicultor; se ocorrer o oposto, por sua vez, ele também ganha mais. A integração, nesse tipo de contrato, resume-se a um acordo entre o produtor e a indústria quanto aos volumes e datas para a entrega da produção à indústria processadora.

O terceiro modelo é o das cooperativas. A relação entre os produtores e a indústria é semelhante ao da integração vertical, com a diferença de que o integrado é, também, o dono do produto final e receberá dividendos em função dos resultados das vendas para os mercados internos e externos no final do exercício agrícola.

No caso da Cocamar, processadora de soja, milho, trigo, café e laranja, o acordo com os cooperados exige que eles comprem todos os insumos da cooperativa e entreguem suas colheitas, recebendo pagamento conforme o mercado. A cooperativa, por sua vez, industrializa os produtos e os comercializa, e, ao final do exercício, os produtores recebem um pagamento complementar, correspondente ao lucro das vendas.

A Cooxupé, cooperativa em que 99% dos produtores são cafeicultores, a relação é semelhante: o produtor compra insumos, fertilizantes e defensivos agrícolas da cooperativa de forma financiada e paga na data da colheita. Ele recebe, ainda, assistência técnica gratuita e tem uma estrutura de armazenagem a sua disposição, embora pague por usá-la. A diferença, nesse caso, é que é o produtor, e não a cooperativa, quem decide quando o produto será vendido ao mercado. “Eventualmente, o produtor segura a produção de café e vai vendendo conforme há demanda”, explica Costa.

1. O informação sobre a participação do setor de agronegócios no PIB nacional é do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Esalq-USP, em parceria com Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e o valor das exportações foi fornecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Números do setor

Cooxupé

Em 2010, recebeu 5,2 milhões de sacas de café e faturou R\$ 1,7 bilhão, dos quais R\$ 80 milhões ficaram para a cooperativa, que reúne 11.900 cafeicultores. Neste ano, a expectativa é de uma produção reduzida, por causa do ciclo natural do café – que é bi-anual –, e para 2012 espera-se alcançar a produção de 6 milhões de sacas. Do total produzido na região, em Minas Gerais, 80% são destinados à exportação.

Cocamar

O faturamento de 2010 chegou próximo a R\$ 1,6 bilhão, e há previsão de alcançar os R\$ 2 bilhões em 2011. A cooperativa reúne 10.000 associados, 80% deles considerados pequenos e miniagricultores, e uma rede de 56 unidades operacionais situadas nas regiões norte e noroeste do Estado do Paraná.

Itambé

A CCPR/Itambé é uma central de 31 cooperativas singulares que possui mais de 8.000 fornecedores de leite cooperados. A companhia faturou, em 2010, R\$ 2 bilhões na venda de mais de 100 tipos diferentes de produtos lácteos produzidos em suas cinco

unidades fabris. A Itambé é exportadora de produtos lácteos para mais de 60 países. A cooperativa possui ainda fábricas de rações e lojas de produtos agropecuários.

Frimesa

A cooperativa central reúne cinco cooperativas afiliadas, que juntas reúnem 4 mil cabeças de suínos atualmente e tem planejamento de chegar a 6 mil cabeças em 2015, com investimento de R\$ 900 milhões no período. A cooperativa foi criada com uma visão de dez anos, iniciando em 2005 com 1.700 cabeças. Até o momento já foram investidos cerca de R\$ 500 milhões.

Lar

Cooperativa faturou R\$ 1,56 bilhão em 2010, o que representa um crescimento de 9,7% em relação a 2009. No período, as exportações diretas e indiretas da companhia somaram R\$ 353,16 milhões, e os investimentos foram de R\$ 196,17 milhões aproximadamente. Para 2011, a cooperativa, que conta com oito mil associados, projeta aumento de 16% em seu faturamento, atingindo R\$ 1,8 bilhão. Para 2012, a meta é chegar a R\$ 2 bilhões.



Especial inpEV



A LOGÍSTICA REVERSA DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS

João Cesar M. Rando*

Ao olhar pela janela de sua casa, o produtor rural de uma cidadezinha no interior do País se enche de orgulho. Poucas vezes viu uma lavoura tão bonita, viva e forte. Perto da hora de colher o que fora plantado meses antes, ele se lembra de todo o trabalho e esforço depositados naquele pedaço de terra. Desta vez, o volume colhido irá ultrapassar o dos anos anteriores.

Cenário comum em muitas partes do Brasil, o aumento significativo da produtividade no campo explica-se, em grande parte, pelos níveis tecnológicos crescentes adotados pelos produtores rurais ano após ano. Este desempenho contribui para que o agronegócio responda por cerca de 30% do PIB do País atualmente.

Ciente da importância de sua contribuição para a economia nacional, para a agricultura e o meio ambiente, o segmento de agrotóxicos investiu (e continua investindo), de forma pioneira na construção de um programa para a destinação das embalagens vazias do setor: o Sistema Campo Limpo. O sucesso do sistema, em funcionamento há nove anos, transformou o setor agrícola em referência para a implantação da política nacional de resíduos sólidos, modelo para a zona urbana e programas similares de gestão de diversos tipos de resíduos e motivo de orgulho para o País.

O processo de logística reversa das embalagens de agrotóxicos começou a ser organizado com o início das atividades do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) em março de 2002. Ele viabiliza o retorno das embalagens vazias aos fabricantes por meio do compartilhamento de responsabilidades.

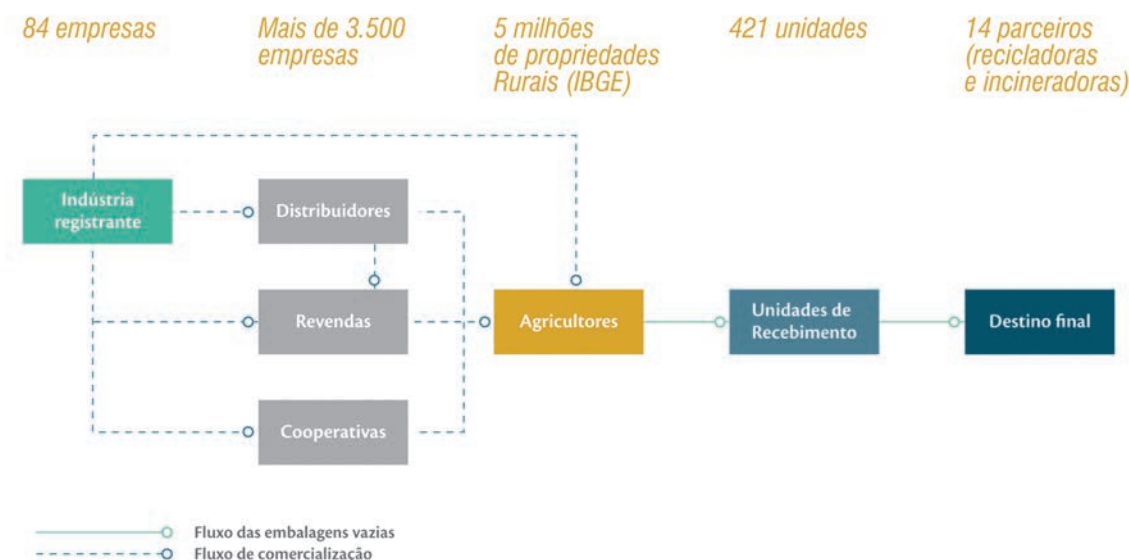
O conceito de logística reversa é entendido como todo o processo pós-consumo que a embalagem percorre até chegar ao seu destino ambientalmente correto. A essa operação estão relacionados objetivos que motivaram a criação desse modelo e que tornam bem-sucedida a sua prática no Brasil:

- **Cumprimento da legislação que preconiza a responsabilidade compartilhada** – Atendimento à Lei Federal nº 9.974/2000 e ao Decreto Federal nº 4.074/2002, que estabelecem responsabilidades compartilhadas para agricultores, distribuidores, revendedores e cooperativas, indústria e poder público pelo destino ambientalmente correto das embalagens vazias de defensivos agrícolas;
- **Promover a excelência do gerenciamento do sistema** – O programa de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos está em constante melhoria em busca da excelência da operação. Hoje, os envolvidos no programa trabalham com indicadores gerados para avaliar o desempenho do sistema e permitir a rastreabilidade das embalagens destinadas;
- **Gerar comprometimento e conscientização da cadeia produtiva agrícola** – O modelo adotado pelo segmento de agrotóxicos estimula o sinergismo e o engajamento dos principais elos da cadeia produtiva agrícola com os propósitos do sistema: a preservação ambiental e a manutenção do campo limpo para o crescimento sustentável da agricultura;
- **Buscar a autossustentabilidade financeira do sistema** – A inauguração da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. com o objetivo de fechar o ciclo de gestão das embalagens de agrotóxicos dentro do próprio setor e promover a autossustentabilidade do sistema de destinação dessas embalagens vazias;
- **Proteger o meio ambiente e a saúde humana** – Assegurar que as embalagens de agrotóxicos não representem riscos ao meio ambiente e à saúde humana por meio de sua destinação adequada com o menor impacto possível (ecoeficiência).

FLUXO DO SISTEMA

Participam desse programa 84 empresas fabricantes de defensivos agrícolas, que comercializam esses produtos para mais de 3.500 empresas (distribuidores e cooperativas) e para agricultores (cinco milhões de propriedades rurais¹) em todo o País. Estes, por sua vez, utilizam os defensivos agrícolas e devolvem suas embalagens vazias nas 421 unidades de recebimento do sis-

tema que são indicadas na nota fiscal de venda. Essas unidades são geridas por 267 associações de distribuidores e cooperativas; em muitos locais com cogestão do inpEV. A destinação das embalagens a partir das unidades de recebimento é realizada pelo instituto, que possui uma rede de 14 parceiros, entre recicladores e incineradores, localizados em seis Estados: Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse programa gera mais de 1.500 empregos diretos.



Unidades de recebimento: cogestão entre inpEV e 267 associações de distribuidores e cooperativas
Cerca de 1.500 empregos diretos no sistema de destinação

RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS

O sistema de destinação atua dentro dos preceitos da responsabilidade compartilhada (Lei nº 9.974/00) e tem como essências do trabalho o comprometimento e o engajamento de todos os elos da cadeia – agricultores, canais de distribuição/cooperativas, indústria fabricante e poder público, com responsabilidades que se complementam, visando à preservação do meio ambiente e da saúde humana e ao cumprimento da legislação.

Fabricantes	Sector de Comercialização	Poder público: Municipal, Estadual e Federal	Agricultor
Indicação do local para a devolução na NF de venda.			
Gestão de Unidades de Recebimento. Emissão de comprovantes de devolução.			
Conscientização e Educação			
		Fiscalização. Licenciamento	
			Lavagem e devolução no local indicado.

Os papéis de cada agente da cadeia produtiva agrícola são:

- **Agricultor:** lavar as embalagens – é obrigatória a prática da tríplex lavagem ou lavagem sob pressão – e inutilizá-las no momento do preparo da calda do produto, armazenar temporariamente na fazenda, devolver no local indicado na nota fiscal de venda e guardar o comprovante da devolução por um ano.
- **Canais de distribuição:** ao vender o produto, indicar o local de devolução na nota fiscal de venda, dispor e gerenciar o local de recebimento, emitir comprovante de entrega para agricultores, orientar e conscientizar agricultores sobre suas responsabilidades.
- **Indústria fabricante:** retirar as embalagens vazias devolvidas às unidades de recebimento, destiná-las corretamente (reciclagem ou incineração), orientar e conscientizar agricultores sobre suas responsabilidades. Como a indústria realiza venda direta de produtos a agricultores, fazendo o papel de distribuidor, o inpEV também realiza a gestão de unidades de recebimento em conjunto com as associações gerenciadoras dessas unidades.
- **Poder público:** as instituições do poder público são responsáveis por fiscalizar o funcionamento do sistema de destinação, emitir as licenças de funcionamento para as unidades de recebimento, de acordo com os órgãos competentes de cada Estado, e apoiar os esforços de educação e conscientização do agricultor quanto às suas responsabilidades dentro do processo.

RECURSOS

Todos os elos da cadeia produtiva agrícola investem sua parte no sistema: o agricultor tem o custo de retornar as embalagens até a unidade ou ponto de devolução indicado na nota fiscal de venda. O comerciante (revendedores e cooperativas) investe na construção e administração das unidades de recebimento, compartilhadas com as empresas fabricantes. Estas também são responsáveis pelos custos de logística a partir dos pontos de devolução e destinação, sendo que o governo participa, em conjunto com os fabricantes e comerciantes, dos custos da conscientização e divulgação. Nos últimos nove anos, foram investidos no sistema R\$ 440 milhões, a maior parcela (mais de 80%) pela indústria fabricante. A receita proveniente da remessa das embalagens para os recicladores conveniados corresponde a apenas 17% do custo total do sistema.

DESTINAÇÃO DAS EMBALAGENS

A retirada das embalagens vazias das unidades de recebimento em direção a sua disposição final compreende as seguintes práticas:

- As centrais solicitam a retirada das embalagens vazias (cargas completas) por meio da emissão de uma ordem de co-

leta emitida automaticamente via sistema para o operador logístico do inpEV.

- O operador logístico aciona a transportadora para o transporte de embalagens vazias realizado entre postos e centrais de recebimento (uma vez que somente as centrais realizam a compactação dos materiais) e posteriormente para o destino final.
- Para o transporte de centrais ao destino final (reciclagem ou incineração), é utilizado o conceito de aproveitamento do frete de retorno, ou seja, são utilizadas as transportadoras que levam os agrotóxicos (embalagens cheias) aos agricultores e distribuidores (e que voltariam vazias) para transportar as embalagens vazias ao destino final a partir das unidades de recebimento.

A otimização de frete de retorno garante eficiência, segurança e redução de custos e foi aplicada em mais de 98% das cargas de centrais para o destino final em 2010. O volume de embalagens vazias transportadas em 2010 foi 8,7% maior do que em 2009 (de 28,7 mil toneladas para 31,2 mil toneladas), e a quantidade de caminhões utilizados para esse transporte cresceu apenas 3% (de 8.071 caminhões em 2009 para 8.281 em 2010), em virtude dos ganhos de produtividade obtidos pelo sistema.

A capacidade de transporte das embalagens plásticas (Pead e Coex) em equivalente *truck** atingiu a marca de 12.007 kg. Operacionalmente, aprimoramentos técnicos relacionados à compactação das embalagens vazias para destinação de forma ambientalmente correta também contribuíram para esse resultado. Desde 2004, diversas melhorias têm sido implantadas com o objetivo de aprimorar a etapa final da logística reversa, como adoção de fitas plásticas para amarração dos fardos, substituição gradual de prensas por equipamentos mais eficientes e iniciativas de orientação aos postos de recebimento.

No segundo semestre de 2010, o inpEV iniciou, com o apoio das centrais de recebimento, um novo processo destinado à compactação de embalagens não lavadas, facilitando assim o transporte, reduzindo o frete (a capacidade de transporte equivalente *truck* passou de 1,5 mil quilos de embalagens/caminhão para 10 mil quilos/caminhão) e melhorando a capacidade de estocagem das centrais ao reduzir o espaço ocupado com os fardos. Em 2011, todas as cargas de embalagens não laváveis e não lavadas seguirão compactadas para o destino.

Desde o início das atividades do sistema, já foram movimentados 36.283 caminhões (equivalente *truck*).

Número de caminhões transportados (equivalente *truck*)

2006	2007	2008	2009	2010
6.162	6.807	6.962	8.071	8.281

* Equivalente *truck*: medida adotada para uniformizar o volume transportado por tipo de caminhão utilizado na logística das embalagens vazias. O transporte em toco e carreta é convertido para equivalente *truck* (tipo de caminhão que tem o eixo duplo na carroceria).

PLANEJAMENTO OPERACIONAL

Duas ferramentas-chave contribuem para o aprimoramento contínuo da gestão da logística reversa. Reuniões mensais para planejamento integrado das operações de recebimento, transporte e destinação do material são realizadas no inpEV e envolvem as diversas áreas de processo básico do instituto, as unidades de recebimento e o operador logístico do sistema. A segunda ferramenta é o Sistema de Informação das Centrais (SIC), *software* desenvolvido pelo inpEV para gerenciar as informações do processo de recebimento e destinação de embalagens. Este sistema integra todas as centrais, permite o controle da movimentação dos materiais (estoques, ordens de coleta, despesas etc.) e a rastreabilidade das embalagens praticamente em tempo real. Atualmente, 100% das ordens de coleta (que as centrais emitem para que a carga siga para o destino final) são emitidas via SIC.

A ferramenta monitora dados referentes ao processo de:

- Controle de licenças, autorizações ambientais e de retirada, exames médicos dos funcionários das unidades de recebimento;
- Gerenciamento das receitas e despesas das centrais de recebimento;
- Controle de estoques existentes nas centrais (a granel e processados);
- Informação sobre a devolução das embalagens vazias, classificadas por material e quantidade, com emissão de recibo com probatório de recebimento;
- Controle do processamento de material, com identificação de quantidade, pesagem por balanças eletrônicas e tipo de material;
- Emissão automática de solicitação de retirada das embalagens vazias.

As informações obtidas por meio do SIC e as previsões de recebimento e de processamento fornecidas pelas centrais são discutidas na reunião mensal de planejamento operacional. O gerenciamento baseado nessa ferramenta é fundamental para que o sistema possa compatibilizar todas as etapas, como a necessidade do agricultor de entregar as embalagens vazias, a capacidade da central para recebê-las e processá-las, a estrutura logística para retirá-las e encaminhá-las para o destino, bem como a programação das recicladoras e incineradoras para receber o material compactado.

RESULTADOS

O sucesso do sistema de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos decorre fundamentalmente da sinergia entre as áreas da cadeia produtiva agrícola. Esse comprometimento tem assegurado o alinhamento, a harmonização e a melhoria contínua das práticas que representam as engrenagens essenciais ao seu funcionamento.

O programa é hoje referência mundial. Suas 421 unidades de recebimento, localizadas nas principais regiões agrícolas do País, somam cerca de 146 mil metros quadrados de área construída e ambientalmente licenciada. De 2002 ao primeiro bimestre de 2011, o sistema destinou de forma ambientalmente correta mais de 170 mil toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas. A cada ano, a quantidade de materiais que recebem destinação adequada no Brasil aumenta. Em 2010, o crescimento foi de 8,7% comparado com 2009, totalizando 31,2 toneladas retiradas do meio ambiente. Desse total, 92% foram para reciclagem, e o restante teve como destino a incineração.

Atualmente, 17 produtos são fabricados a partir da reciclagem das embalagens vazias, como caixas para fiação elétrica, conduítes corrugados, tampas para embalagens de agrotóxicos, barricas plásticas para incineração, tubos para esgoto, cruzetas de poste de transmissão de energia, embalagens para óleo lubrificante e até uma embalagem para acondicionar os próprios defensivos agrícolas – a Ecoplástica Triex®, fabricada pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação, empresa idealizada pelo inpEV e que possui como acionistas 31 fabricantes de agrotóxicos, criada para gerar a autossustentabilidade econômica do sistema de logística reversa das embalagens.



No Brasil, 94% das embalagens plásticas comercializadas recebem a destinação ambientalmente correta. Esse índice coloca o País na posição de referência mundial sobre o assunto, ao destinar percentualmente mais embalagens plásticas do que os países que possuem sistemas semelhantes. O segundo índice entre os demais países é o da Alemanha, com 76%, seguido por Canadá, com 73%, França, com 66%, Japão, com 50%, Polônia, com 45%, Espanha, com 40%, e Austrália e Estados Unidos, com mais de 30%².

*Diretor-Presidente do inpEV

1. Fonte: IBGE;

2. Fonte: Alemanha – Pamira; Canadá – CropLife; França – Advalor; Japão – JCPA; Polônia e Espanha – CropLife; Austrália – Agsafe; Estados Unidos – ACRC. Os dados do Brasil foram atualizados em 2010. Os de Alemanha, Canadá, Estados Unidos e França são de 2009. Os demais dados são referentes ao ano de 2007.

Mercado de defensivos

Investimento em tecnologia

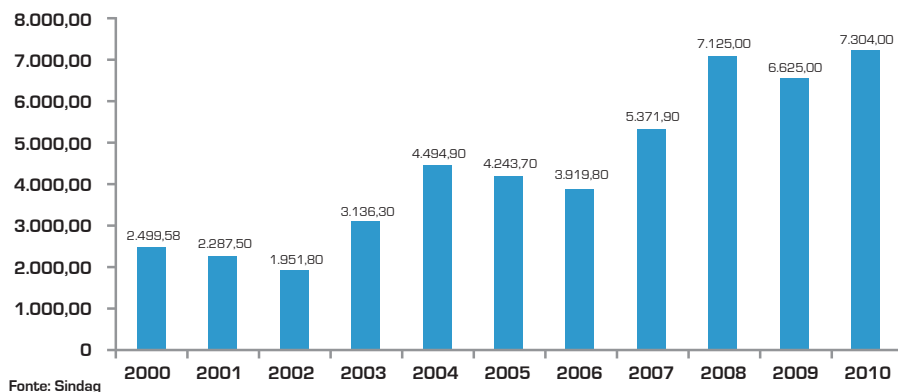
AS PRAGAS causam cerca de 40% de danos à produção vegetal. Em regiões de clima tropical, como o Brasil, são maiores a quantidade e a severidade das ocorrências de plantas daninhas, insetos, fungos etc. O Manejo Integrado de Pragas (MIP) faz uso das técnicas alternativas de combate, selecionadas com base nos parâmetros econômicos, ecológicos e sociológicos, como no caso dos defensivos agrícolas, de larga utilização, por exemplo, nas culturas da soja (ferrugem), milho (lagarta-do-cartucho, manchas foliares) e algodão (manchas foliares, bicudo).

Os dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag) apontam um incremento de 9% no valor das vendas em 2010, em relação com o exercício anterior, para US\$ 7,24 bilhões. A cifra supera os níveis recordes registrados em 2008 (US\$ 7,1 bilhões). Em 2009, a comercialização nacional de agroquímicos totalizou US\$ 6,6 bilhões. Já a receita, em reais, recuou 3% em 2010, quando comparada a 2009, para US\$ 12,43 bilhões, por efeito do câmbio e da queda generalizada nos preços desses produtos no País.

Em relação ao segmento, o grupo formado pelos herbicidas, fungicidas e inseticidas responde por 95% do mercado. Em valores de reais, as vendas de herbicidas apresentaram novamente uma redução, após o abrupto tombo registrado em 2009. O fraco desempenho em termos de preços dos produtos com base no ingrediente ativo glifosato explica, em grande parcela, esse resultado. Em contraposição, cresceu a comercialização de fungicidas, graças ao controle da ferrugem na soja, inseticidas e acaricidas.

As culturas com maior utilização de defensivos em 2010, na escala decrescente, são soja, algodão, cana-de-açúcar e milho, com participação, no conjunto, de quase três quartos do mercado. Somente em produtos para a sojicultura foram comercializados US\$ 3,3 bilhões em 2010, praticamente o mesmo valor de 2009. O Mato Grosso é o Estado líder em vendas,

Brasil: Faturamento da indústria de defensivo vegetal (US\$ milhões)



Fonte: Sindag

Brasil: Venda e faturamento da indústria de defensivo vegetal

Ano	2008		2009		2010	
	Genérico	Especialidade	Genérico	Especialidade	Genérico	Especialidade
Ingrediente ativo (mil t)	268,1	44,4	285,39	50,42	278,93	63,65
Produto comercial (mil t)	537,1	136,7	585,90	139,67	577,48	213,30
Receita (US\$ bilhões)	3,85	3,27	3,21	3,41	3,10	4,20

Fonte: Sindag

seguido por São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais.

É notória a consistente sazonalidade nas vendas de defensivos agrícolas, cuja ocorrência se concentra no segundo semestre: 71% em 2009, 66% em 2008, e 72% em 2007.

Com o bom resultado na venda da produção, o agricultor fica em condições de melhorar o padrão tecnológico das lavouras. Para o mercado de defensivos agrícolas, um bom indicador desta tendência está na comercialização de produtos com patente, chamados de “especialidades”, que no triênio 2008/2009/2010 cresceram em receita e volume.

Em 2009, estavam registrados, no Brasil, 1.500 produtos comerciais (424 i.a.), sendo 476 herbicidas (100 i.a.), 398 inseticidas (98 i.a.), 383 fungicidas (106 i.a.), 160 acaricidas (52 i.a.), 26 nematocidas (10 i.a.), 15 bactericidas (6 i.a.), 18 inseticidas biológicos (7 i.a.) e 6 cupinidas (3 i.a.). Destes, cerca de 673 estão no mer-

cado; 56% são moderadamente ou pouco tóxicos (classes III e IV, faixas azul e verde, respectivamente).

A indústria de defensivos mostra evolução. As doses aplicadas ficaram menores, enquanto a toxicidade desses diminuiu. Nos últimos quarenta anos, o uso médio por hectare caiu de 2,1 quilos para 185 gramas no herbicida, de 1,1 quilo para 185 gramas no fungicida, de 2,1 quilos para 29,75 gramas no inseticida. Paralelamente, a legislação ficou mais rigorosa, e o mercado passou a exigir produtos mais especializados.

Com base nos valores de comercialização de defensivos dos últimos sete anos e as projeções do agronegócio feitas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Sindag apresenta uma taxa de fator de crescimento anual do setor de 4,1%. Isso significa, para 2020, uma perspectiva de movimentação financeira da ordem de US\$ 10,76 bilhões no País. ■

Compensação financeira

Políticas ambientais modernas

Marco Olívio Morato de Oliveira*

O CRESCIMENTO populacional, bem como a melhoria dos níveis de renda e de consumo, intensifica a pressão sobre os recursos naturais e ambientais, com desdobramentos negativos sobre a qualidade de vida das gerações futuras.

Na tentativa de evitar a escassez desses recursos, o Poder Público procura se adaptar ao novo cenário com políticas específicas. Inicialmente, as propostas baseavam-se no conceito de comando e controle, pelos quais se estabeleciam a restrição ao uso e a fiscalização. Um exemplo desse modelo é o Código Florestal Brasileiro, que evidencia, de um lado, o controle do Estado no estabelecimento de metas de preservação ou recuperação de matas nativas, de forma objetiva e direta.

A falta de dinamismo é um dos aspectos mais negativos no processo. Quando se atinge a meta, o usuário não encontra incentivos para melhorar os procedimentos adotados e utilizar novas tecnologias. Ou seja, o produtor acaba por se limitar ao mínimo disposto na norma, um desafio grave em um ambiente de crescente demanda pela preservação do Planeta.

Paralelamente, esse mesmo produtor desenvolve ações geradoras de benefícios para a sociedade e que precisam ser inventariadas, avaliadas e, até mesmo,

remuneradas. Entre elas, estão as atividades rurais, plantio direto, sistemas agroflorestais, fixação biológica de nitrogênio, bioenergia (incluindo aproveitamento de resíduos), pastagens de boa qualidade, manutenção de áreas de Reserva Legal (RL), Áreas de Preservação Permanente (APPs) e tantas outras.

Compensação financeira

Com a necessidade de melhoria dos padrões de utilização dos recursos naturais, na elaboração das políticas ambientais foi inserido o conceito de criar incentivos ou instrumentos econômicos para fomentar atitudes preservacionistas. Um dos benefícios dessa metodologia é a precificação, que agrega valor econômico e confere vantagem competitiva ou financeira para quem poupa o recurso e investe em tecnologias e processos para avançar além do mínimo exigido legalmente.

O estímulo ao desenvolvimento tecnológico tende a tornar as técnicas preservacionistas mais acessíveis, e, com isso, procedimentos mais eficientes são massificados. Exemplo de sucesso está delineado na Lei Federal nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. A norma aponta a água como recurso natural limitado e dotado

de valor econômico, fato que justifica a cobrança pelo seu uso. Trata-se do princípio do usuário pagador – quem utiliza e se beneficia deve pagar pelo bem. Dessa maneira, tem-se a racionalização e o estabelecimento de uma fonte financeira para implementação de programas e projetos de melhoria da qualidade e quantidade de água disponível.

O simples estabelecimento de princípios, como os do usuário pagador e do poluidor pagador, não é considerado suficiente para minimizar a degradação do meio ambiente e promover o uso sustentável dos recursos naturais. Para ampliar essa capacidade de gestão, adotou-se o princípio do protetor recebedor, mecanismo que recompensa quem promove a preservação ou a melhoria da disponibilidade ou qualidade desses recursos.

A compensação financeira incentiva práticas preservacionistas, entre as quais podemos destacar: o sequestro e o armazenamento de carbono, a proteção à biodiversidade, aos recursos hídricos e à beleza cênica. A recomposição nativa florestal tem função transversal nesses processos, pois acumula o carbono no solo, preserva a biodiversidade e, ainda, pelas matas ciliares, protege os recursos hídricos.

Embora eficiente, o princípio preservador recebedor ainda é pouco difundido. Um desafio da ferramenta está na valoração do serviço prestado, uma vez que os benefícios são invariavelmente difusos, ou seja, para toda a sociedade. Na verdade, a amplitude inviabiliza, de certa maneira, a formação de fundos de recursos financeiros para o pagamento por esses serviços, pois a população nem sempre reconhece o valor de ações dessa natureza.

A alternativa encontrada para dar início ao processo é a utilização de dotações orçamentárias do Poder Público para proteção do ambiente. No entanto, para



SXC.HU

Exemplos de PSAs

No Brasil, como um dos poucos exemplos de Pagamentos por Serviços Ambientais, destaca-se o programa Produtor de Água, desenvolvido pela Agência Nacional de Águas (ANA) em parceria com várias instituições. O projeto foi baseado na experiência de Nova York, EUA, onde isso ocorre há aproximadamente 20 anos. Os beneficiários são os agricultores que vivem em até 200 quilômetros da cidade, cujas terras detêm nascentes e riachos que formam o principal rio de captação de água para o abastecimento local. Assim, esses produtores promovem manejo sustentável das suas áreas, preservando florestas e evitando contaminação com resíduos das atividades agropecuárias.

A partir desse exemplo, a ANA iniciou o primeiro projeto em 2007, no município de Extrema, em Minas Gerais. A finalidade era melhorar a qualidade e a quantidade de água produzida nas bacias hidrográficas que compõem o sistema Cantareira, responsável por grande parte do abastecimento da Grande São Paulo. O pagamento é realizado mediante recuperação e proteção dos espaços próximos às nascentes e aos cursos d'água (matas ciliares), de acordo com a extensão da área preservada, e com valores pré-fixados para recuperação do solo, cobertura vegetal e saneamento ambiental. Os recursos são provenientes da "cobrança pelo uso da água", instru-

mento instaurado pela Política Nacional de Recursos Hídricos. Hoje, o programa agrega outras áreas, em diferentes regiões do País, como São Paulo, Espírito Santo e Distrito Federal.

Outra iniciativa de destaque está no Amazonas. Trata-se do Bolsa Floresta, no qual o PSA gera renda para famílias que se comprometam a não desmatar. O projeto remunera indivíduos que realizam atividades extrativistas que habitam 14 das 41 unidades de conservação do Estado. Os recursos são pagos pela Fundação Amazonas Sustentável, uma parceria entre governo do Estado e empresas privadas.

a composição do montante destinado ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), existe a necessidade de instituição ou criação de cobranças, conforme os princípios do usuário pagador e poluidor pagador.

No caso específico do meio rural, os pagamentos podem ser vistos como uma fonte adicional de renda, que visa compensar os custos de práticas e processos conservacionistas, configurando uma alternativa para auxiliar na redução de passivos ambientais das atividades agropecuárias.

Para a implementação dos PSAs, porém, faz-se necessária a identificação do serviço ambiental prestado e do beneficiário que valoriza esse serviço e que estaria disposto a pagar por ele de forma voluntária ou pela criação de mecanismos diversos.

Essa identificação é possível, por exemplo, em ações que efetivamente melhoram a qualidade e quantidade de água de um determinado manancial. Nesse caso, seriam favorecidos todos os usuários daquele recurso, ou seja, os próprios produtores rurais e comunidades urbanas. Mas nem sempre é simples, principalmente no que se refere à manutenção da biodiversidade. Questão em que se exige a realização de exercícios que envolvam o estabelecimento de indicadores, simulações de condições e valores, e ainda monitoramento das ações realizadas.

Leis em gestação

Os instrumentos econômicos em leis ambientais ganham espaço com a sanção da Lei 9.433/1997, com vários exemplos de legislações que preveem esses mecanismos de pagamentos, como o:

- Decreto paulista, de 2010, por exemplo, que regulamenta a Lei 13.798/2009, referente à Política Estadual de Mudanças Climáticas, na qual a previsão de PSA é um dos destaques. Esta foi a primeira vez que um Estado brasileiro criou um programa para remuneração de produtores rurais que protejam recursos naturais em suas propriedades.
- Projeto de Lei (PL) 952/2007, de Minas Gerais, aprovado em 2008 e aguardando regulamentação; e a legislação municipal de Extrema (MG), com a Lei 2.100/2005, que prevê o projeto Conservador de Águas, além dos Decretos Municipais 1.703/2006 e 1.801/2006.

Atento às tendências e à necessidade de ferramentas que promovam de forma efetiva a preservação do ambiente e o desenvolvimento sustentável, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 792/2007, que prevê Pagamentos por Serviços Ambientais e transferência de recursos, monetários ou não, aos que ajudam a produzir ou conservar estes serviços.

Este PL considera como serviços ambientais todos aqueles produtos e processos que melhorem a qualidade e a oferta de bens produzidos e proporcionados pelos ecossistemas, incluindo alimentos, água, ar, biodiversidade, combustíveis, controle de erosão, fibras e reciclagem. ■

Expectativas futuras

Atualmente, incluir instrumentos econômicos nas leis que compõem a política ambiental é fator essencial. Nesse sentido, o pagamento por serviços desse tipo apresenta-se como uma ferramenta-chave no combate à poluição, na melhoria da qualidade e quantidade de nossos recursos naturais.

O setor rural brasileiro tem muito a ganhar com a correta implementação de legislações que recompensem quem preserva, e isso pode ocorrer, por exemplo, com a aprovação do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que destaca o potencial de sequestro de carbono de nossas atividades produtivas. Ganha a natureza, ganha o setor produtivo e ganha, principalmente, a sociedade.

Diário de bordo

Formar gente para o agro



Roberto Rodrigues*

TENHO RECEBIDO de todos os lados informações de que falta mão de obra. Na construção civil, fala-se muito da inadimplência de empreiteiros que não conseguem encanadores, carpinteiros, eletricitas e marceneiros e, com isso, atrasam suas obras, onde faltam também engenheiros. Aliás, grande parte dos engenheiros formados em nossas melhores escolas vai para o sistema financeiro: os bancos descobriram que a formação básica destes profissionais (matemática, cálculo, lógica) é bem aplicada por eles na área de finanças. Por isso, os engenheiros acabam deixando de lado a construção civil (inclusive obras públicas), o setor de projetos, a indústria química e mecânica, a área de eletroeletrônica, manutenção etc. E isso é mais um problemão para organizar nossa infraestrutura para a Copa de 2014...

Também ouço queixas de grandes escritórios de advocacia quanto à qualidade de parte dos novos formados; e ainda mais, faltam médicos para o interior: todo mundo quer ficar nos grandes centros, o que é natural.

Mas além dos profissionais universitários, é geral a queixa pela carência de técnicos de nível médio, os verdadeiros tocadores de projetos: falta mais enfermeiro que médico!

Para superar este problema, que não se resolve da noite para o dia, o Sistema S vem trabalhando duro: Sesi, Senai, Sesc, Senac, Senat, Sebrae e seus congêneres estão lutando para formar gente capaz.

E na agricultura, como está isso? Não é muito diferente. O interesse do mundo todo pelo nosso agro vem produzindo uma demanda incomum por profissionais habilitados a tocar empreendimentos rurais, sejam na agricultura, na pecuária, na indústria de insumos ou na de transformação. Gente que entende de meio ambiente, de tributação, de logística, de serviços como crédito e seguros ficou importante. Consultoria e planejamento voltaram à moda. Investimentos nacionais e internacionais reclamam gestores capazes.

A competitividade a que nossos produtores rurais foram submetidos pelos Planos Collor e Real (com estabilização interna da moeda e abertura comercial externa sem proteção) exigiu

que eles se amparassem em dois grandes pilares: tecnologia e gestão.

A primeira – tecnologia – estava mais ou menos disponível. Nossos órgãos de pesquisa e universidades tinham conhecimento acumulado para ser repassado. Mas a sua transferência para o campo exigiu profissionais bem treinados em assistência técnica e extensão rural. Com a ajuda das cooperativas agropecuárias, esta parte deu certo, e os saltos de produtividade são a prova disso.

Mas a segunda parte – gestão – foi bem mais complicada: com a inflação de 80% ao mês, não havia necessidade de cuidados maiores, criou-se a cultura da ineficiência. Isso acabou. O produtor moderno precisa ser bom em gestão comercial, financeira, tributária e fiscal, de recursos humanos, ambiental, de manutenção etc. Suas cooperativas e agroindústrias também. Até os órgãos de P&D dependem de bons gestores.

Estamos bem nisso? Mais ou menos.

As universidades vêm formando técnicos em todos os níveis. Segundo os poucos dados disponíveis, no ano passado elas graduaram cerca de 6.500 engenheiros agrônomos, 5.000 zootecnistas, 6.000 médicos veterinários, 4.000 engenheiros florestais e mais uma boa leva de gente especializada em meio ambiente, administração, engenharia rural etc.

Mas nem sempre com boa formação em gestão. E aqui também faltam os técnicos de nível médio. Neste ponto, o descasamento é gritante, e não estamos formando suficientes gerentes e administradores de fazendas, capatazes e chefes de escritório ou oficina. O Sistema S também tem ajudado neste capítulo. Em 2010, o Senar treinou 686,6 mil profissionais. O Sescop treinou 197,8 mil pessoas para cuidar das cooperativas.

Mas a demanda é brutal. Só a FGV, até maio deste ano, está oferecendo 20 MBAs em agronegócio em todo o País, e mais ainda é necessário. Cerca de 712 profissionais estão estudando aí. Tema? Gestão rural... ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Entre o campo e a cidade



Cesário Ramalho da Silva*

A AGRISHOW cresceu muito, ganhou musculatura e consolidou-se como a maior feira de tecnologia agrícola em ação do Brasil e uma das maiores do mundo.

Nestes três anos em que tive a honra de presidi-la, juntamos produtores, empresários, lideranças, autoridades, entidades, comunidade, universidades em torno de um único propósito: ampliar, fortalecer e expandir a Agrishow, que é um evento brasileiro acima de tudo, mas de importância e peso internacional.

A permanência da feira em Ribeirão Preto, cidade com identidade histórica com o agro, berço e epicentro da atividade, também foi fundamental para o crescimento da Agrishow.

A presença do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, dos ministros Wagner Rossi (Agricultura), Afonso Florence (Desenvolvimento Agrário), Fernando Bezerra Coelho (Integração Nacional) e de cinco ministros da Agricultura do Cone Sul – Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai – valorizou sobremaneira a edição deste ano.

Registros ainda para as ilustres presenças da senadora e presidente da CNA, Kátia Abreu; dos secretários de SP Antônio Júlio (Agricultura) e Bruno Covas (Meio Ambiente); do ex-secretário João Sampaio e deputado Duarte Nogueira; do vice-presidente de agronegócios do Banco do Brasil, Osmar Dias; do presidente do Santander, Fábio Barbosa; da alta direção do Bradesco; do presidente do grupo Bandeirantes de Comunicação, João Carlos Saad, entre outros.

Assumi a Agrishow num período difícil, logo após o estouro da crise financeira mundial de 2008. De lá para cá, muita coisa mudou e para melhor, culminando com um volume de negócios recorde de R\$ 1,7 bilhão neste ano. Foi a maior Agrishow de todos os tempos.

À frente da feira, reafirmei minha constatação de que a Agrishow faz a diferença na vida do produtor e empresário rural ao funcionar como uma plataforma de tecnologia, informações e serviços. O produtor se atualiza para tomar a sua melhor decisão, e as empresas divulgam produtos e serviços e interagem com os clientes.

A Agrishow, do pequeno, médio e grande produtor, tornou-se a resposta de todo o agronegócio

àqueles que criticam a eficiência e os resultados focados no interesse público obtidos pelo setor.

Vitrine da tecnologia rural, a feira impulsiona as boas práticas agrícolas, que fazem do agronegócio uma atividade que a cada dia pensa e pratica cada vez mais processos sustentáveis.

E, exatamente em razão do seu crescimento, a Agrishow ganhou novos desafios. E um deles é avançar na diversificação e abrangência dos produtos e serviços.

A tecnologia revolucionou o agro brasileiro. De 1975 a 2009, a produtividade cresceu 3,57% ao ano e de 2000 a 2009 aumentou ainda mais, obtendo um incremento anual de 5,39%. Produzimos mais em menos área.

O agro é protagonista. Gera benefícios econômicos, sociais e ambientais para toda a nação. Entretanto, justamente neste ponto, ainda há muito o que ser feito. E a Agrishow pode contribuir mais, a fim de mostrar a grandeza do agro para o Brasil e para o mundo, especialmente para as cidades, que dependem do campo, mas pouco valorizam o que vem da terra. Este é o segundo desafio.

Pela sua amplitude e força, a Agrishow também pode “vender” o agro para o meio urbano, principalmente, para os jovens e segmentos do tecido social com pouca identificação e pouco conhecimento do setor rural, que replicam um conjunto de informações distorcidas desfavoráveis à imagem e reputação do agronegócio.

Apesar de avanços significativos nos últimos anos, ainda existe, sim, uma visão turva nas cidades do que verdadeiramente é o agro. E aproximar o público urbano do setor rural é questão de sobrevivência, porque as opiniões formadas nas metrópoles guiam decisões de políticas públicas e de negócios.

Na Agrishow, temos uma grande oportunidade para mudar essas percepções. A mídia que cobre a feira é um agente que, bem e eticamente abastecido de boa informação, pode colaborar para melhorar a relação do agro com as cidades. Atualmente, a sociedade urbana sabe mais do que sabia sobre o setor rural, mas menos do que deveria. A Agrishow tem competência para melhorar este quadro. ■

*Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Máquinas agrícolas

Preço médio de colheitadeiras em maio de 2011 (R\$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	310.000	390.000	360.000	368.000
Massey Fergusson	MF 34	450.000	480.000	485.000	500.000
Massey Fergusson	MF 9690	500.000	500.000	580.000	570.000
New Holland	CR 9060	630.000	650.000	690.000	635.500
New Holland	CS 660	420.000	455.000	580.000	500.000
New Holland	TC 5090	350.000	375.000	420.000	355.000
New Holland	TC 5070	300.000	320.000	350.000	350.000
Valtra	BC 6500	530.000	570.000	554.000	570.000
Valtra	BC 7500	600.000	680.000	658.000	650.000
Valtra	BC 4500	350.000	365.000	379.000	370.000
Jonh Deere	1175 HY	330.000	320.000	359.000	355.000
Jonh Deere	9470	520.000	510.000	520.000	498.000

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de tratores em maio de 2011 (R\$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	115.000	120.000	115.000	115.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	130.000	150.000	140.000	140.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	190.000	190.000	210.000	210.000
New Holland	7030	158.000	177.840	180.000	180.000
New Holland	7040	167.000	187.200	196.000	180.000
New Holland	7060	210.000	234.000	239.000	240.000
Valtra	BM 125-4	122.000	125.000	124.000	137.500
Valtra	BM 185-4	176.000	195.000	208.000	215.000
Valtra	BM 205-4	205.000	216.000	223.000	224.000
Jonh Deere	7715	215.000	215.000	237.000	230.000
Jonh Deere	7815	230.000	240.000	253.000	238.000
Jonh Deere	8430	375.000	350.000	400.000	385.000

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de grades niveladoras em maio de 2011, referência São Paulo (R\$/unidade)

MODELO	FABRICANTE	NÚMERO DE DISCOS	POTENCIA (CV)	LARGURA (M)	PREÇO
NV - 32	Baldan	32	61-75	2,7	10.490
NVCR - 36	Baldan	36	75-85	3,1	16.910
NV - 40	Baldan	40	85-91	3,4	13.499
GN - 32	Tatu	32	80-90	2,9	10.228
GNCR - 36	Tatu	36	97-105	3,3	18.597
GN - 40	Tatu	40	97-105	3,7	13.870
Flut. GNF-32	Tatu	32	80-90	2,9	9.052
Flut. GNF - 36	Tatu	36	80-90	3,3	9.622
Flut. GNF - 40	Tatu	40	97-105	3,7	13.732
GNFM - 36	Tatu	36	80-90	3,3	16.111
GNDH	Tatu	44	116-120	4,1	27.364

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

É hora de o produtor começar a pensar na safra 2011/2012. Algumas atividades como o calcareamento e o preparo do solo começam a ser feitas já nos próximos meses. Considere um produtor que queira, em maio de 2011, comprar uma grade niveladora, modelo GN-32, com 32 discos, da Tatu, cujo preço é R\$ 10.228,00 em São Paulo. O financiamento do bem para uma entrada de 50% (R\$ 5.114,00) é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de dois anos, e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para janeiro de 2012). A taxa de juros para a modalidade Moderfrota é de 7,5% a.a. No final do financiamento, o produtor terá pago R\$ 10.577,03 pelo implemento. A diferença em relação ao preço à vista é de aproximadamente R\$ 350,00.

* R\$ 10.228,00 - R\$ 5.114,00 (50% de entrada)

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
15/07/11	5.114,00	0,00	65,26	65,26	-
15/01/12	5.114,00	2.557,00	189,88	2.746,88	1
15/07/12	2.557,00	2.557,00	93,89	2.650,89	2
Total		5.114,00	349,03	5.463,03	-
Total pago: R\$ 5.114,00 (entrada) + R\$ 5.463,03 (financiamento) = R\$ 10.577,03					

Produção agrícola brasileira

Oitavo levantamento da safra de grãos 2010/2011: estimativa de produção em mil toneladas.

PRODUTO	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10 PREVISÃO¹ [A]	2010/11 ESTIMATIVA² [B]	VARIAÇÃO (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	2,383.6	2,504.7	1,890.6	1.843,1	3.177,2	72,4
AMENDOIM TOTAL	225.7	303.1	300.6	226,0	242,8	7,4
AMENDOIM 1ª SAFRA	182.0	256.2	246.1	191,9	210,5	9,7
AMENDOIM 2ª SAFRA	43.7	46.9	54.5	34,1	32,3	-5,3
ARROZ	11,315.9	12,074.0	12,602.5	11.660,9	13.902,2	19,2
AVEIA	378.0	230.2	232.2	244,1	379,0	55,3
CANOLA			0.0	42,2	69,7	65,2
CENTEIO	5.9	4.9	6.1	4,8	3,2	-33,3
CEVADA	205.8	264.7	237.0	201,4	283,9	41,0
FEIJÃO TOTAL	3,339.8	3,520.9	3,490.6	3.322,5	3.796,9	14,3
FEIJÃO 1ª SAFRA	1,568.0	1,243.1	1,344.5	1.463,1	1.665,2	13,8
FEIJÃO 2ª SAFRA	996.6	1,445.5	1,371.6	1.022,8	1.341,5	31,2
FEIJÃO 3ª SAFRA	775.2	832.3	774.5	836,6	790,2	-5,5
GIRASSOL	106.1	147.1	109.4	80,6	82,7	2,6
MAMONA	93.7	123.3	92.5	100,6	165,1	64,1
MILHO TOTAL	51,369.7	58,652.2	51,003.9	56,018.0	56.006,5	0,0
MILHO 1ª SAFRA	36,596.7	39,964.1	33,654.9	34.079,2	34.383,8	0,9
MILHO 2ª SAFRA	14,773.0	18,688.1	17,349.0	21,938.8	21.622,7	-1,4
SOJA	58,391.8	60,017.7	57,165.5	68.688,2	73.607,6	7,2
SORGO	1,497.1	1,985.5	1,934.9	1.624,2	1.794,0	10,5
TRIGO	2,233.7	4,097.1	5,884.0	5.026,2	5.881,6	17,0
TRITICALE	203.8	211.9	184.7	172,1	114,9	-33,2
BRASIL	131,750.6	144,137.3	135,134.5	149.254,9	159.507,4	6,9

Fonte: Conab

[1] Dados Preliminares: sujeitos a mudanças [2] Dados Estimados: sujeitos a mudanças

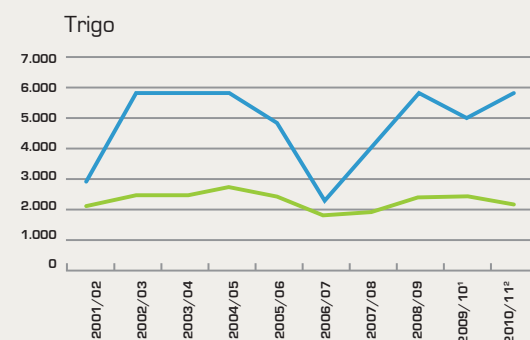
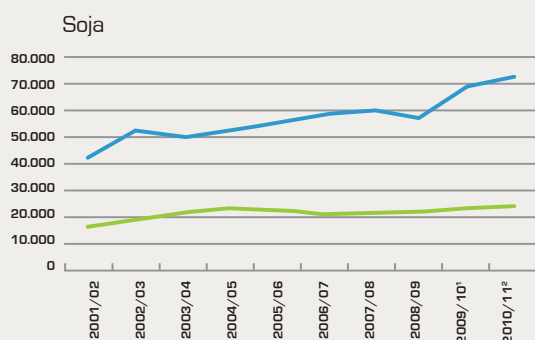
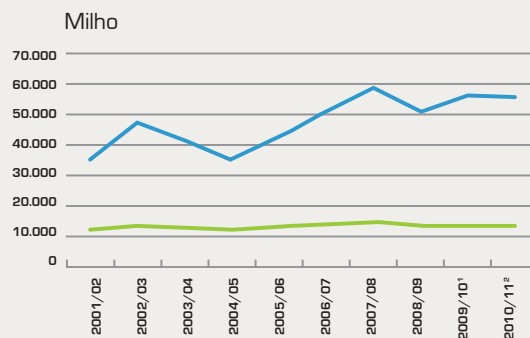
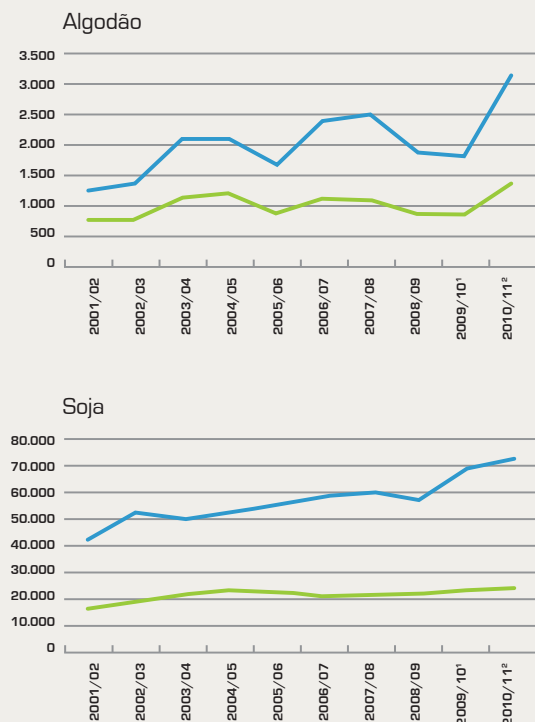
Produção agrícola brasileira

mil toneladas

SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
ALGODÃO EM PLUMA							
2005/06	524,4	1.037,8	81,6	1.643,8	983,4	304,5	355,9
2006/07	355,9	1.524,0	96,8	1.976,7	990,0	419,4	567,3
2007/08	567,3	1.602,2	33,7	2.203,2	1.009,2	532,9	661,1
2008/09	661,1	1.213,7	14,5	1.889,3	983,6	504,9	400,8
2009/10	400,8	1.194,1	39,2	1.634,1	1.014,9	512,5	106,7
2010/11	106,7	2.037,8	150,0	2.294,5	1.065,6	630,0	598,9
MILHO							
2005/06	3.135,4	42.514,9	956,0	46.606,3	39.829,7	3.938,0	2.838,6
2006/07	2.838,6	51.369,9	1.095,5	55.304,0	41.829,8	10.933,5	2.540,7
2007/08	2.540,7	58.652,3	808,0	62.001,0	44.288,2	6.400,0	11.312,8
2008/09	11.312,8	51.003,8	1.132,9	63.449,5	44.279,1	7.765,4	10.405,0
2009/10	10.405,0	56.018,1	459,4	66.882,5	46.200,0	10.792,6	9.889,9
2010/11	9.889,9	56.006,5	400,0	66.296,4	47.000,0	8.000,0	11.296,4
SOJA EM GRÃO							
2005/06	2.734,7	55.027,1	48,8	57.810,6	30.383,0	24.957,9	2.469,7
2006/07	2.469,7	58.391,8	97,9	60.959,4	33.550,0	23.733,8	3.675,6
2007/08	3.675,6	60.017,7	96,3	63.789,6	34.750,0	24.499,5	4.540,1
2008/09	4.540,1	57.161,6	100,0	61.801,7	32.564,0	28.562,7	675,0
2009/10	675,0	68.688,2	200,0	69.563,2	37.800,0	29.073,2	2.690,0
2010/11	2.690,0	73.607,6	100,0	76.397,6	39.600,0	34.500,0	2.497,6
TRIGO							
2006/07	2.071,8	2.233,7	7.164,1	11.469,6	10.112,0	19,7	1.337,9
2007/08	1.337,9	4.097,1	5.926,4	11.361,4	9.719,0	746,7	895,7
2008/09	895,7	5.884,0	5.676,4	12.456,1	9.398,0	351,4	2.706,7
2009/10	2.706,7	5.026,2	5.922,2	13.655,1	9.714,2	1.170,4	2.770,5
2010/11	2.770,5	5.881,6	5.865,9	14.518,0	10.465,0	2.257,4	1.795,6
2011/12	1.795,6	5.318,1	5.900,0	13.013,7	10.558,0	1.450,0	1.005,7

Produção agrícola brasileira

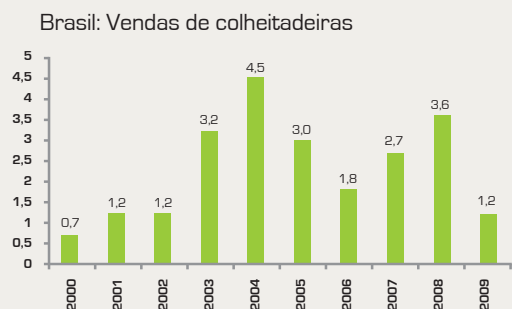
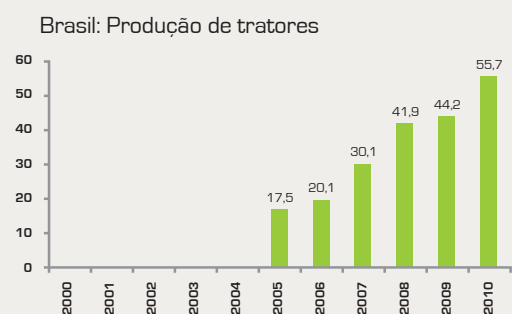
Produção (mil t)
Área (mil ha)



1 Previsão; 2 Estimativa. Fonte: Conab

Mercado de tratores e colheitadeiras

mil unidades



Fonte: Anfavea